



ACÇÃO COMUNITÁRIA
PREPARANDO PESSOAS PARA A VIDA

Família: Participação Cidadã

Comunidade: Participação Cidadã



AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL | SÃO PAULO

Família: Participação Cidadã



SÃO PAULO | JULHO 2014

AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL

Oscar Linhares Ferro

Diretor Presidente

Celso Luiz Teani de Freitas

Superintendente

Milton Alves Santos

Gerente do Centro de Desenvolvimento Integral

Maurício Guimarães

Gerente de Relacionamento e Mobilização de Recursos

Josmael Castanho

Gerente Administrativo/Financeiro

Deise Rodrigues Sartori

Gerente do Centro de Desenvolvimento

Anadelli Soares Braz

Gerente do Centro de Orientação para o Trabalho

Equipe Técnica do Centro de Desenvolvimento

Comunitário

Pesquisadora

Paula Caroline de Oliveira Souza

Orientador Pedagógico

Rodrigo dos Santos Cândido

Agentes de Desenvolvimento Comunitário

Josiane Alves, Sherrine Rejane Mendes e

Thiago Ariel Corrêa

Animadores Socioculturais

Anabela Gonçalves Vaz, Gustavo Sousa

e Ismael Lobo Toledo

Educadores Culturais

Lenny de Sousa, Josias Nascimento, Leonardo Cordeiro,

Maria José Soares, Paulo Almeida, Priscila Magalhães,

Ricardo Faustino e Soraia Domingues e Silva

Família: Participação Cidadã

Este trabalho foi realizado no âmbito do Projeto Família: Participação Cidadã, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD) da cidade de São Paulo. É permitida a reprodução do texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Coordenação editorial

Paula Caroline de Oliveira Souza e Deise Rodrigues Sartori

Autoria

Paula Caroline de Oliveira Souza

Comissão editorial

Paulo Sérgio Bravo de Souza, Celso Luiz Teani de Freitas,

Deise Rodrigues Sartori e Milton Alves Santos

Revisão técnica

Adelaide Fonseca, Marialice Piacentini e Reinaldo Pacheco

Revisão de texto

América dos Anjos Costa Marinho

Projeto Gráfico

S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.

Ilustrações

Fido Nesti

Fotografias

Arquivo da Ação Comunitária e Gustavo Sousa

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Família : participação cidadã / Ação Comunitária do Brasil - São Paulo ; [coordenação editorial de Paula Caroline de Oliveira Souza, Deise Rodrigues Sartori ; texto de Paula Caroline de Oliveira Souza]. - São Paulo : Ação Comunitária do Brasil - São Paulo, 2014

[92] p. : il.

ISBN 978-85-66991-02-4

1. Família – Aspectos sociais. 2. Participação comunitária. 3. Projetos sociais – Brasil. 4. Comunidades. 5. Lazer – Aspectos sociais. I. Souza, Paula Caroline de Oliveira, ed.; text. II. Sartori, Deise Rodrigues, ed. III. Título.

CDD 22.ed. – 306.85

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Biblioteca Maria Fátima dos Santos / CRB-8 6818)

Organizações sociais parceiras

Participantes do Programa de Desenvolvimento de Lideranças 2013/2014

Associação a Criança ao Adolescente e ao Jovem do Jd. Icarai

Ação Comunitária - Unidade Jardim Icarai (Antiga Associação à Criança, ao Adolescente e Jovens do Jd. Icarai – ACAJI)

Andrea Áurea de Souza Cruz

Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente Bom Pastor

Maria José Coelho Lira e Penélope Marcazzolo López

Associação Beneficente Providência Azul - CCA Esperança

Maria Cristina Donini

Associação Cidadania Ativa do Macedônia – ACAM

Verirde Soares de Souza Silva, Rita de Cássia dos Santos e Valdinéia dos Reis Araújo

Associação Comunitária Auri Verde – CCA Chácara Santo Amaro

Edson Passos e Regina Gonçalves Ribeiro

Associação do Parque Santa Amélia e Balneário São Francisco

Maria Aucione Batista Santana Ferrante e Ana Maria Alves Silva

Associação dos Moradores da Vila Arco Íris – AMAI

Soraia Macedo Domingues e Silva

Centro de Formação Irmã Rita Cavenaghi

Aline Alves Pereira

Centro de Promoção Humana NSA do Jd. Pedreira

Maria José dos Santos e Diná Domingues Assunção Gomes

Centro de Promoção Humana São Joaquim Sant'Ana – JOCA

Aparecida Maria Neves

Centro de Promoção Humana São Joaquim Sant'Ana – VILLA

Bruno César da Silva

Centro Popular de Defesa dos Direitos Humanos Frei Tito Alencar Lima – Cidade Júlia

Rejane Maria da Silva e Othon Douglas F. da Silva

Centro Social São José – CEI Ana de Fátima

Lilian Aparecida Gomes

Centro Social São José CCA – Barro Branco

Silvana Cristina Gomes

Centro Social São José – CEI Jd. Manacás

Vânia G. Paiva

Centro Social São José – SEDE

Regiane Silvano Roberto

Comunidade Missionária de Villaregia*

Maria Angélica Matos da Silva, Stefania Faiocco, Cristiane Acácio Cabral, Francesca Celeghein e Elis Freitas Gonçalves

Grupo Unido pela Reintegração Infantil – GURI

Elizabeth Soares Sakaguti e Irinéia Gomes Pinheiro Silva

Instituto Anchieta Grajaú

Lara Santa Bárbara, Andréa Aparecida Brito e Talita Ap^a da Silva Marcelino

Instituto Cuore

Margareth Santos

Instituto de Cidadania Padre Josimo Tavares – Jd. Dom José

Kelly Ribeiro Luz

Instituto de Cidadania Padre Josimo Tavares – Jd. Magdalena

Alessandra Kelly Tavares e Lílian de Oliveira Alves Ribeiro

Instituto de Cidadania Padre Josimo Tavares – Pq. Rondon

Paulo Felix Pinheiro

Instituto Fomentando Redes e Empreendedorismo Social Infoedes – Boa Sorte

Marina Nunes Hohne e João Carlos Ferreira da Silva

Movimento Comunitário de Assistência e Promoção Humana – MOCAPH Santa Terezinha*

Renata Mariano e Fernanda Resende Lobo

Movimento Comunitário do Jardim São Joaquim

Rosaria Aparecida S. Azevedo e Tatiane da Silva

Movimento Comunitário Estrela Nova

Renata de Lima Aquino, Ivanilda Santos de Andrade e Lúcia de Fátima da Silva

Movimento Renovador Paulo VI – Lar Irmã Inês*

Alessandra Eugênio de Souza e Vani P. de Oliveira

Nota:

*Os representantes destas organizações sociais participaram como convidados, porém não integraram este projeto.

SUMÁRIO

Sobre a Ação Comunitária	7
Prefácio	9
Introdução	13
1 Família, Abordagem Colaborativa e Desenvolvimento Comunitário	15
Mas, o que é família?	17
Mobilização de famílias: é lançado o desafio!	21
Abordagem Colaborativa e Desenvolvimento Comunitário	27
Por que Abordagem Colaborativa?	29
Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias	32
Terra à vista! Caminhos possíveis	41
2 O Lazer Comunitário com famílias	45
A importância do lazer no desenvolvimento comunitário	47
O projeto	49
Lazer e Família: Que tal trocar de óculos?	56
Experiências de sucesso: de olho nas atividades	62
Lazer no processo de mobilização de famílias	72
3 O futuro é agora!	75
Passado e presente: O que aprendemos	77
Provocações finais	79
Referências	83

SOBRE A AÇÃO COMUNITÁRIA

Fundada em 1967, a Ação Comunitária é uma organização sem fins lucrativos, criada e gerida por empresários, que luta contra a exclusão social em três frentes de atuação: o Centro de Desenvolvimento Integral, o Centro de Desenvolvimento Comunitário e o Centro de Orientação para o Trabalho. As atividades são realizadas de forma ampla e integrada por meio dos programas e projetos, guiadas com o objetivo de desenvolver o potencial do público atendido, capacitando-o para fortalecer suas competências e criar suas próprias oportunidades, em regiões de alta vulnerabilidade da cidade de São Paulo. Ao longo de 2013, foram realizados mais de 8400 atendimentos, considerando crianças, adolescentes, jovens, famílias, educadores e líderes comunitários.

A presente publicação é resultado dos trabalhos realizados pelo **Centro de Desenvolvimento Comunitário**, que tem como objetivo desenvolver habilidades e conectar pessoas por meio da formação de lideranças, trabalho com famílias, lazer comunitário e ações socioculturais. Com profundo conhecimento na mobilização e fortalecimento da comunidade, o Centro de Desenvolvimento Comunitário possui metodologia própria, inspirada na perspectiva da Abordagem Colaborativa ou ABCD (*Asset-Based Community Development*)

e possui a colaboração como valor essencial no desenvolvimento local de forma ampla e integrada. Seus projetos e programas, como o **Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias**, visam mudar paradigmas e impulsionar a melhoria da gestão e a aproximação das organizações sociais parceiras com as famílias da comunidade, tendo como campo de atuação e conhecimento a **Cultura & Lazer** por meio da animação sociocultural.

Como uma das prioridades da Ação Comunitária, também este Centro será responsável por produzir e disseminar conhecimento pela publicação de livros, artigos e articulação com universidades, além da relação com agentes públicos de todas as esferas, de modo que não só crie novas oportunidades, mas também influencie políticas públicas.

A **Ação Comunitária** acredita que estas iniciativas, executadas de forma integrada com esforços do governo e da sociedade como um todo, contribuirão para a efetiva inclusão social de crianças, adolescentes, jovens e também de suas famílias, além da expansão e avanços no conhecimento acerca do desenvolvimento comunitário.

Para saber mais acesse:

<http://www.acomunitaria.org.br/>

<https://www.facebook.com/acaocomunitaria>

PREFÁCIO

Tenho acompanhado com profundo interesse o trabalho desenvolvido pela Ação Comunitária desde o início da década passada. Nos primeiros contatos que tive com as pessoas e com a organização, de pronto me encantei com os olhares curiosos, prenhes de esperança e vontade de mudar realidades. Vontade de mudanças que não podem esperar. Visitei, ao longo desse tempo, acompanhado pelos educadores desta organização, diversas comunidades nas quais o trabalho de educação comunitária e formação de lideranças era desenvolvido. Mais uma vez pude ver ali, em campo, de verdade verdadeira, educadores e lideranças comunitárias atuando nas brechas onde o Estado não alcança. Mas deveria alcançar. Afinal, é também um direito assegurado na Carta Magna a “educação” e a “proteção à família”. O Artigo 205 e o Artigo 226 de nossa Constituição por vezes parecem não estabelecer um diálogo, com o que não concordamos.

No artigo que trata da Educação, a letra da lei nos diz que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Neste contato que tive com o trabalho desenvolvido pela Ação Comunitária, pude verificar o compromisso junto às organizações locais de torná-las

cada vez mais fortes no sentido de compreender seus direitos, até mesmo para o necessário enfrentamento das desigualdades junto ao Estado. Mas, sobretudo, pude observar o fortalecimento comunitário por meio da compreensão do potencial de cada organização, que vai muito além de qualquer “auxílio” estatal ou privado. Trata-se, portanto, de observar em cada comunidade suas forças, seus recursos locais, e mobilizá-los por meio das mais diversas parcerias na busca de objetivos comuns, neste caso sobretudo de garantir a crianças, jovens e famílias o “direito à educação”. E tudo isso só pode ser feito por meio da participação intensa das famílias.

Direito de todos e dever do Estado e das famílias: a educação, compreendida no seu sentido mais amplo, pode ser considerada nossa grande esperança de mudança do quadro social. Direito fundamental entre os direitos fundamentais, por meio dela podem-se mudar vidas e, mudando vidas, mudar o mundo. No entanto, nos parece que ainda temos um conceito bastante restrito que impera neste país, ao considerarmos a “educação” apenas na perspectiva da “escolarização”, sendo que nossas políticas educacionais parecem sempre dimensionadas no sentido de atender o acesso à escola. Sim, escola, educação “formal” e institucionalmente sistematizada, é fundamental, especialmente em um país onde o acesso a ela durante mais de quatro séculos foi privilégio de uma casta de privilegiados. No entanto, não seria de fato o momento de olharmos com mais cuidado para as “outras políticas educacionais”, que se desenvolvem por meio das diversas ações no campo da cultura, dos esportes, do lazer, nos teatros, nos centros culturais, nas praças esportivas, nos parques, nas ruas e onde acontece um envolvimento dos sujeitos com as festas, as músicas, os jogos, os momentos de sociabilidade capazes de criar vínculos fundamentais? Pois bem, esse é o desafio: estes outros momentos da vida na sociedade contemporânea são cada vez mais repletos de conteúdos educativos e precisam ser mais bem entendidos e estimulados. Mudança social não se fará apenas pela educação formal escolarizada, mas pela construção de uma sociedade educativa pautada na compreensão da importância do informal e do não formal na educação.

Pude participar, a convite dos educadores desta organização, do Seminário - Família: Participação Cidadã, realizado com o objetivo de fazer um balanço desse trabalho desenvolvido ao longo do último ano. Pude ouvir relatos de desenvolvimento pessoal das lideranças

comunitárias bastante emocionantes. Escutei com muita atenção os relatos de desenvolvimento das equipes de trabalho nas organizações de base local, algumas delas hoje com algumas dezenas de profissionais e voluntários a fazer um trabalho que não pode e não deve mais ficar invisível, dada a sua importância. Pude me emocionar também com os relatos de envolvimento das famílias nos processos de educação comunitária por meio da cultura, da arte, dos esportes, do lazer. Organizações sociais de base que nascem das “necessidades” das comunidades, que nascem das “faltas”, das “ausências” e que hoje se descobrem fortes o suficientes para mostrar a riqueza de suas ações, a sua “presença” e as suas ações de construção de seus direitos. Além disso, tive o privilégio de acompanhar as primeiras apresentações deste trabalho comunitário em eventos nacionais e internacionais no campo da educação, cultura e lazer. Mais uma vez, reforço o argumento de que esta riqueza precisa ser revelada e não pode mais ficar escondida.

Desde as primeiras aproximações que tive com o trabalho desenvolvido pela Ação Comunitária, pude perceber o enorme potencial transformador do que faziam. Pude ter contato com histórias de vida e histórias de comunidades que se transformaram. Afinal, uma organização que resolve se dedicar com afinco às comunidades da Zona Sul de São Paulo desde 1967 – portanto, já por quase meio século – deve no mínimo ser respeitada pelo trabalho que desenvolve, com foco nas crianças, nos jovens, nas famílias e no fortalecimento das lideranças comunitárias. No entanto, desde minhas andanças pelas comunidades da Zona Sul, observava um trabalho comunitário bastante fundamentado e transformador, mas sem que isso fosse tornado público de forma mais abrangente, com o objetivo de auxiliar outros lugares, outras lideranças, outros “pedaços” da cidade. Durante esse período de meu contato com a Ação Comunitária, busquei incentivar esta organização e seus educadores a se organizarem para que houvesse um registro de tais práticas de tal forma que estas pudessem ser disseminadas, semeadas em outros lugares seduzindo ainda outros parceiros. Hoje, ao prefaciá-la esta segunda publicação, fico muito feliz em verificar que este objetivo de fato tenha sido atingido. Um público maior de pessoas terá a oportunidade de conhecer este trabalho e também, quem sabe, se apaixonar por ele tal como tem acontecido com muitos colegas que buscam entender estas ações. E, já que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família”, fortalecer as famílias neste processo de compreensão mais ampla da educação me

parece uma ideia simples mas altamente transformadora. E mais: queremos sim influenciar o Estado, influenciar mais decisivamente as políticas públicas no sentido de construir uma sociedade educadora que entenda a educação para além das escolas.

*Reinaldo Pacheco**

* Educador, atuando na EACH-USP Leste. Mestre e doutor em Educação pela USP. Estuda atualmente os espaços públicos da educação não formal nas cidades, com foco sobretudo nos parques urbanos e na participação social.

INTRODUÇÃO

“Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma única história sobre algum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso.”

Chimamanda Aichie

Numa sociedade em que os problemas ganham constantemente mais espaço na mídia, nas redes sociais e nas mais variadas preocupações cotidianas, o que fazer para mudar? Mudar a condição, mudar o discurso, mudar os resultados. Como diz um provérbio “a diferença entre o céu e o inferno é somente um par de óculos novos”. Então, que tal mudar o olhar?

Numa tríade que envolve família, gestão e fortalecimento comunitário, este livro objetiva apresentar as experiências práticas obtidas pela Ação Comunitária através do projeto Família: Participação Cidadã 2013/2014. Com o intuito de registrar e aprofundar possíveis estudos acerca de uma ótica diferenciada de trabalho, o projeto reúne ações amparadas pela metodologia do Centro de Desenvolvimento Comunitário, que atua na perspectiva da Abordagem Colaborativa ou ABCD (*Asset-Based Community Development*) Desenvolvimento Comunitário Baseado em Talentos e Recursos Locais.

Sob esta perspectiva, os capítulos aqui apresentados visam provocar a mudança do olhar das famosas “carências” ou necessidades para as “potencialidades” e capacidades. Tendo como cenário os bairros da zona sul de São Paulo, nos subdistritos de Campo Limpo, M’Boi Mirim,

Cidade Ademar e Capela do Socorro, cujos índices sociais concorrem, por inúmeras vezes, para reforçar uma visão estereotipada de carências, o projeto atua com a mudança de paradigma por meio do protagonismo social em prol do desenvolvimento comunitário.

Assim, é através das organizações sociais parceiras que uma nova visão é provocada, na busca de promover a mobilização familiar e o fortalecimento comunitário. Ao longo dos capítulos, será apresentado o cenário acerca da família e da experiência prática do Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias em “Família, Abordagem Colaborativa e Desenvolvimento Comunitário” e o legado de vivências integradoras em “O Lazer Comunitário com as Famílias”. Em “O futuro é agora!”, são apresentadas algumas provocações finais acerca das lições aprendidas.

Considerando que as temáticas trabalhadas ainda não ocupam muitos espaços em outros setores, esta publicação pode ser útil tanto à iniciativa privada como às políticas públicas, ou mesmo, aos estudos acadêmicos, tendo em vista que a realidade, analisada de dentro para fora, pode contribuir com novas proposições, metodologias e conhecimento científico.

Sendo assim, convidamos você a se desapegar de algumas verdades absolutas para adentrar esta leitura. Que tal tirar os seus óculos e se permitir mudar o olhar?

1 | FAMÍLIA, ABORDAGEM COLABORATIVA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO



Mas, o que é família?

Você responde. O que é família?

Com significados amplos, a palavra família alcança várias definições. Sociedade, teóricos de distintas áreas e sujeitos por todo o mundo interferem em seus desdobramentos. A questão é que praticamente será impossível atribuir uma única definição ao termo família, pois ela representa diretamente as memórias, imaginários e experiências de cada sujeito. Portanto, para compreender este conceito na sociedade brasileira contemporânea, nada mais justo que pedir a você que, antes de ler este texto, tente vasculhar suas vivências e sentimentos. Pare e pense. O que é família para você?

Se partirmos das memórias pessoais, conseguimos ampliar o olhar quanto à essência da família. É este olhar que nos auxilia na compreensão da constante transformação que ocorre através do tempo, cultura ou sociedade para sua definição. De fato, assim como nos apresenta Kaloustian (2000, p. 93), “*a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos*”, visto que, independente de suas variadas formas ou composições, a família contemporânea ainda é constituída como um canal de iniciação, ou seja, um ponto essencial de partida e aprendizado dos afetos e relações sociais.

De acordo com Szymanski (1995, p. 25) “*cada família circula num modo particular de emocionar-se, criando uma cultura familiar própria.*” A autora completa mostrando que, além dos códigos e ritos próprios de cada família, “*há o emocionar pessoal e o universo pessoal de significados.*” Este “universo pessoal de significados” dita novas regras e não se prende a modelos ou estereótipos. Cada definição teórica, política ou social, segue padrões diferenciados conforme a época, os interesses e o espaço. Porém, é o universo pessoal, no mais íntimo, que configura como esta definição aparece para cada sujeito.

Por exemplo, no sentido popular e nos dicionários, além da ligação sanguínea ser um destaque junto com a estrutura pai-mãe-filhos que residem na mesma casa, a família se compõe especialmente por membros de uma mesma linhagem ou ascendência ou mesmo incorporados pela adoção. (PRADO, 1985)

Estes pontos já abrem inúmeras discussões, no que tange às alterações que a estrutura familiar sofre ao longo dos anos na história. Isto porque, ao considerar que, desde a existência humana, a família é instituída, podem-se mensurar as constantes adaptações que ela vem sofrendo até a composição contemporânea. Composição esta em que a impossibilidade de padronização é o principal destaque.

Como não é padrão?

Pois é, não é padrão. Se você observar rapidamente com quem e como se relaciona em sua família, terá uma ideia. Agora pense na família de seu vizinho ao lado, de seu melhor amigo, de algum colega de trabalho e em alguma que chamou sua atenção em um filme ou novela. Certamente, identificará a teoria que Weber (2008, p. 10) descreve ao citar que “*nos últimos dois séculos houve uma revolução na sociedade que trouxe mudanças profundas na família*”, considerando que a variabilidade histórica da família desafia a generalização como conceito, pois oculta as demais esferas da vida social.

Não é por acaso que, ao pensar em família, rapidamente venha à sua mente a imagem de um pai, uma mãe e seus filhos. O pai como alicerce econômico e estrutural, a mãe como porto

seguro emocional e de educação e os filhos nascidos e educados para perpetuarem este modelo familiar. Esta é a chamada família “nuclear” ou “normal”, a qual a sociedade brasileira apresenta como padrão ideal.

Porém, a família brasileira vem demonstrando que, seja na extensão da família após casamento, ou com pais separados, com avós como referência, com casais homossexuais e outros, todas as possibilidades de formação familiar nada mais são do que uma variação deste núcleo, em que, na contemporaneidade, os vínculos afetivos acabam por ser o primordial. E nos deparamos com a necessidade de uma nova realidade: a de reconhecimento da diversidade no enfoque familiar.

Atualmente, grupos sociais e alternativos passam a compor este universo familiar. Vizinhança, amigos, familiares, compadrios. Toda forma de envolvimento humano acaba por gerar um núcleo – não como o padrão estabelecido – mas sim, o das relações de maior importância ao sujeito.



Família, para mim, é a união entre as pessoas que gostamos”

C. J. S. 14 anos, Jardim Paris.

Em suma, a definição de família pode ir além das teorias e ser pautada na opinião de seus membros, onde a afetividade e a proximidade sejam os critérios para sua composição. Esta visão garante que não haja restrição a uma única forma e que os valores familiares sejam, de fato, o foco.

Entretanto, novos conflitos também são gerados, pois, apesar desta atualização de valores e de busca pelo que há de identificação, também há mudanças na tolerância, enfoque e comprometimento entre as relações. Afinal, quem nunca chegou em casa estressado com o trabalho e perdeu a paciência com o filho, o pai, a mãe...? E por que tantas vezes estamos chateados na rua e nos mantemos sorrindo aos “estranhos”? E dentre nossos melhores relacionamentos, quantos são com nossos familiares, ou quantas vezes nossos passeios são para vê-los por pura vontade?



Participação das Famílias em decisões para o andamento do projeto - Frei Tito Cidade Júlia

A falta de relacionamento cotidiano e de aproximação familiar em ambientes de lazer, de descontração, da educação, do trabalho, ou seja, em todo e qualquer campo da vida, afeta diretamente os valores familiares. Não é à toa que a Constituição Federal de 1988 já passava a dar uma atenção maior à instituição família e, inclusive, garantia dentre os direitos primordiais de proteção social e condições adequadas de vida, o *direito ao lazer, à cultura* e o estímulo para o exercício do *direito à convivência familiar e comunitária*.

É neste centro das relações humanas que a palavra família passa a fazer mais sentido, indo sim além dos grupos de amizade, de trabalho, de compartilhamento de interesses, mas promovendo entre aqueles que vivem numa intimidade maior do lar ou dos laços primitivos a importância de ter uma referência. Neste momento, a afetividade tende a caracterizar-se como porto seguro.

A proposta desta publicação é apontar as novas perspectivas geradas pela família, bem como sua importância para o desenvolvimento da comunidade. Como cita Carvalho (1994, p. 7), *“a família reflete as mudanças que ocorrem na sociedade, mas também atua sobre ela. É isso que torna a família um centro importante da vida social.”*

Mobilização de famílias: é lançado o desafio!



Quando você aceita fazer um trabalho para a família, tem que estar com a família... e temos que estar preparados para isto.”

Valdineia dos Reis Araújo – Associação Cidadania Ativa do Macedônia

O trabalho com famílias é uma oportunidade de reunir pessoas e de motivá-las a atuar em favor de si próprias e daqueles que são seus entes queridos. Desenvolver habilidades e identificação nas variadas formas de convivência permite que haja união e fortalecimento dessa unidade apelidada “família”, cujas rotinas e acomodação acabam por segregar seus membros. Atualmente, os programas sociais, políticas, promoção da educação, empregabilidade e desenvolvimento comunitário ainda enxergam apenas o sujeito, pouco considerando para onde ele volta, ou seja, amparando apenas um membro e não fortalecendo uma família.

Há um grande desafio no trabalho com famílias, que começa na ruptura de estereótipos, modelos criados e agrupamento. Trabalhar com famílias é entender que ninguém vive sozinho e que as relações entre pessoas íntimas e que compartilham afetividade tendem a ser mais profundas e positivas, sendo assim um alicerce.

A partir do momento em que esse alicerce familiar está fortalecido, os problemas que surgem, interna e externamente, encontram sujeitos fortalecidos o suficiente para enfrentá-los de maneira coesa e com um porto seguro garantido. O porto seguro familiar estimula a confiança, para que seus membros possam atuar melhor como filhos, pais, irmãos e cidadãos, capazes de influenciar e mudar a sua realidade e a de sua comunidade.

Nas organizações sociais parceiras da Ação Comunitária, os desafios no trabalho com as famílias são vividos na ponta e refletem as questões sociais, políticas e culturais que circundam o cotidiano desses sujeitos. A mudança de visão frente à mobilização de famílias e a aproximação destas com as instituições são desafios que refletem não somente a passividade por parte dos parentes dos participantes dos programas nas organizações como a necessidade de se exercitar a cultura social dessa união, inclusive pelos gestores e líderes comunitários.

Considerando que as instituições já atuem com programas socioeducacionais oferecidos pela Ação Comunitária, o Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias tem sido uma estratégia de suma importância à propagação deste exercício de estruturação do trabalho com enfoque na família. O suporte aos líderes e gestores das organizações parceiras, na busca de um trabalho integrado com as famílias dos participantes, permite que uma nova dinâmica comunitária comece a ser exercitada. Agora, além dos participantes dos programas, seus pais, avós, irmãos, tios e amigos são alvo das ações, para que haja a real mobilização familiar.

Dessa forma, a fim de propiciar insumos técnicos e práticos para o planejamento, execução e avaliação de ações, a Ação Comunitária promove, sob a ótica deste projeto, a contribuição ao avanço das famílias em relação à educação dos filhos e em sua participação junto à comunidade, visando o aprimoramento dessas famílias e também do trabalho realizado com elas.

São mudanças distintas e recentes que influenciam nas diferentes esferas da vida familiar. É o caso, por exemplo, de alterações demográficas, do acelerado processo de urbanização, da mudança de valores, dos papéis da mulher e sua maior participação no mercado de trabalho, das crises econômicas, da globalização ou mesmo das novas estratégias de vida e da convivência comunitária. Um cenário em constante evolução, do qual é preciso fazer uma avaliação ininterrupta, para alcançar a adaptação necessária e evitar, justamente, a estagnação e dispersão na participação e no elo proporcionado pela família.

Assim, o projeto Família: Participação Cidadã provém da premissa defendida pela Ação Comunitária de que as famílias precisam de oportunidades, experiências de aprendizagem e trocas que as fortaleçam. Para isto, é necessário que haja espaços de valorização e participação na comunidade, assim como para a prática de lazer e cultura, direitos essenciais de cidadania pouco valorizados.

Da mesma maneira que há fatores públicos e políticos que comprometem o trabalho com famílias como um todo – como o tipo de tratamento dos recursos, dos convênios e até as relações dos profissionais entre governo e famílias –, há também constantes adversidades nesta área, caracterizadas pelas barreiras técnicas, estruturais e de comunicação, que tornam as instituições públicas, privadas ou mesmo da sociedade civil misteriosas para as famílias.

“ *Antes [do projeto] eu não conhecia, antes eu passava aqui por passar, mas não sabia como que era aqui, as pessoas, o trabalho delas... estou começando a conhecer e estou achando muito bom.*”

Angélica - Participante das oficinas culturais do Instituto Anchieta Grajaú

A participação cidadã, em que a família passa a fazer parte ao opinar e usufruir do que está sendo disponibilizado pelas instituições, assim como a contribuir e atuar em suas comunidades, é um dos objetivos desta mobilização. Segundo Kaloustian (2000, p. 83), o trabalho democrático que realmente incentive “*a relação horizontal, comunitária, de abertura ao outro, a partir de uma leitura da realidade familiar abrangente*”, que neste caso envolva não somente uma

área de interesse social, mas sim todas as necessidades básicas para o exercício da cidadania, “*não é um aspecto muito priorizado pelas autoridades e tampouco considerado pela sociedade*”.

Não é simples mudar e aumentar a participação. Assim como receber essa participação. Sabemos que, para as organizações, a presença efetiva da família pode gerar um desconforto à primeira vista, pois por vezes implica em aceitação, exige clareza ao passar a informação e provoca a avaliação pelos familiares – que nem sempre é benquista pelos gestores. Da mesma maneira, a mobilização da família pode provocar más interpretações pelos familiares, que em sua maioria são contatados ou convidados a se aproximarem somente em situações desagradáveis, como em casos de mau comportamento dos filhos ou reuniões cansativas. A organização social hoje é ainda vista como um espaço para se deixar os filhos e não como um espaço de convivência familiar.

Conseguir criar um espaço de comunicação e aprendizagem, em que cada membro possa enxergar a si e à sua família em seus diferentes ciclos de vida, independente das questões sociais enfrentadas, permite que a troca seja cada vez mais positiva e estimulante. Para isto, a sensibilização dos profissionais que trabalharão com as famílias é essencial, pois, a relação entre família e instituições sugere que haja compartilhamento do processo, uma vez que a formalidade excessiva e as relações hierárquicas são ingredientes para que haja a passividade e também a apatia das famílias em relação às instituições. Como cita Kaloustian (2000, p. 86), “*A estratégia, portanto, é o esclarecimento, a mobilização, a participação e a organização popular*.”

Assim, a atuação da Ação Comunitária aparece sob uma nova ótica para o trabalho social, onde o trabalho acontece *com* as famílias, de forma participativa e colaborativa. No processo participativo, devemos considerar que há sim alguns fatores limitantes. São simples e podem estar presentes em qualquer lar situações como o cansaço, as tarefas domésticas da dupla jornada de trabalho, a dificuldade em ter disponível dinheiro para transporte ou alimentação, problemas de saúde, falta de apropriação em reuniões, dentre outras. Porém, é a compreensão destes fatores que promove a mudança do olhar para enxergar os problemas e propor as soluções. E soluções são mais eficazes quando são fruto de quem vivencia as limitações. Os desafios são muitos, mas é o “começar” que gera as melhores oportunidades. Este processo envolve sujeitos, famílias e profissionais que almejam contribuir com o desenvolvimento das comunidades.

Opinião: O Desafio à Participação



Usando a prerrogativa do projeto, estamos tentando fomentar outra participação, que seja um exercício da cidadania. [...] Nós, organizações e Animadores Socioculturais, estamos trabalhando em conjunto para tentar aproximar essas famílias, mas nossa participação política representativa acaba refletindo na qualidade e no tipo de participação que as famílias exercem. Na maior parte do tempo, temos representações de famílias e não a participação ativa de todos os familiares, como gostaríamos e como a organização necessita. [...] Temos neste projeto um desafio, que é mudar a participação familiar, como um todo, nas organizações, em conjunto com os gestores e educadores. Hoje estamos em processo, mas avançamos bastante.

Anabela Gonçalves – Animadora Sociocultural da Ação Comunitária

Assim como no campo da assistência social, por exemplo, a diretriz do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) coloca a família como centro e a reconhece como ponto de encontro entre todos os segmentos, a Ação Comunitária encontrou uma forma de atuar junto à família com a concepção de que o trabalho com criança, adolescente e jovem não pode acontecer de forma isolada. O que é citado pelas políticas públicas ao reconhecer a família como centro vai ao encontro das propostas da organização social que possui uma proposta de trabalho com as famílias para torná-las mais atuantes, autônomas e protagonistas frente aos serviços que estão inseridos no bairro.

Desta forma, para que seja feito um trabalho consistente, a Ação Comunitária tem dentre suas estratégias trabalhar com as lideranças comunitárias como conectoras de recursos e talentos dentro de uma comunidade e junto às famílias. É reconhecido o poder multiplicador e representativo das organizações sociais parceiras, na articulação das ações integradas às demandas das políticas públicas a favor do avanço no fortalecimento comunitário. Assim, há uma perspectiva em que a colaboração e a corresponsabilidade são fundamentais para o avanço neste trabalho, que será mais bem apresentado no tópico seguinte¹.

¹ Abordagem Colaborativa e Desenvolvimento Comunitário



Colaboração em Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias - Ação Comunitária

Abordagem Colaborativa e Desenvolvimento Comunitário

Em 1999, a Ação Comunitária iniciou um processo de mudanças, com base em análises das iniciativas de seus programas socioeducacionais. Notou que dentre vários investimentos, desde 1981 até o ano mencionado, não se verificaram ações sistemáticas de formação voltadas ao público de líderes comunitários, parceiros-chave na execução dos programas executados.

Uma das recomendações do documento que encerrou tal análise indicava a oportunidade da Ação Comunitária incluir em suas ações a formação dos membros das organizações de base comunitária. Essa iniciativa poderia conferir maior qualidade aos serviços junto ao público infantojuvenil e, em especial, melhor desempenho do gestor ou líder, que era o ponto de intercâmbio entre as ações e os beneficiários.

Assim, formou-se uma equipe composta pelo gerente do Departamento de Ação Comunitária e os coordenadores dos programas: Educação Infantil, Crê-Ser, Preparação para o Trabalho e Cultura & Lazer, na formatação do Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias².

As estratégias eram os encontros mensais com carga horária de 70 horas/ano e tinham como objetivo transmitir e compartilhar com esses gestores estratégias de desenvolvimento dos trabalhos da organização, em consonância com os anseios da comunidade, que viria a usufruir deles. Tudo isso, sem descartar a importância de compreender o seu papel e se apoderar de informações que os auxiliariam num melhor desempenho como lideranças.

O gráfico da página seguinte ilustra o que foi realizado, desde sua criação em 2000:

² As Lideranças Comunitárias são aquelas que compõem o quadro da diretoria em cada organização social parceira, assim como os gestores dos programas socioeducacionais.

2013	Abordagem colaborativa: mobilização de famílias
2012	Trabalho com famílias: presença educativa Visita domiciliar Culturas juvenis
2009 10 11	Constituição da área de desenvolvimento comunitário/ contratação da equipe/ formação da equipe Formação das lideranças na metodologia ABCD
2007 08	Formação dos líderes e gestores em grupo operativo
2006	Consultoria externa para análise do programa de Desenvolvimento de lideranças comunitárias
2002	Elaboração de um plano de trabalho Experiência da organização comunitária GURI Ação mobilizadora/ construção de parcerias Elaboração de folder da organização parceira Articulação com a comunidade
2001	Qualidade do trabalho social Indicadores da qualidade da organização comunitária Papel do líder e do agente comunitário Missão das organizações comunitárias Comunicação interpessoal Elaboração de projeto: parceria com a família
2000	Terceiro Setor Missão e plano de trabalho da Ação Comunitária - 2000 Convênio Marketing Parceria Trabalho com famílias

A importância da família e a articulação com os recursos da comunidade sempre estiveram na pauta da formação dos líderes comunitários e gestores de programas socioeducativos pela Ação Comunitária. Desde então, este legado tem se aprimorado através de suas equipes e, atualmente, consegue mobilizar lideranças das organizações parceiras através do Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias, que ocorre periodicamente, e num processo contínuo.

Desde sua criação, o Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias sempre esteve alinhado aos fundamentos do trabalho socioeducacional com crianças e adolescentes, que tem como horizonte a construção de uma “sociedade livre, justa e solidária”³, e participa propositivamente de seu desenvolvimento. Pressupõe, além de uma proposta político sociopedagógica bem estruturada e consistente, alianças que se configuram como novas dinâmicas junto às comunidades.

A esta configuração apresentada em 2013/2014, que o projeto Família: Participação Cidadã focaliza, está atrelada a atual estrutura do Centro de Desenvolvimento Comunitário na formação de uma *comunidade de aprendizagem*, cujos integrantes se mobilizam em torno de um ideal compartilhado.

Essa equipe está composta por: Gerência, Agentes de Desenvolvimento Comunitário, Orientador Pedagógico e Pesquisadora. A este grupo se integra a equipe do lazer comunitário, completando o grupo com os Animadores Socioculturais, que atuam junto aos Educadores Culturais.

Por que Abordagem Colaborativa?

Até quanto você está disposto a mudar, aprender ou inovar?

A abordagem de ‘Desenvolvimento Comunitário baseado nos Talentos e Recursos Locais – ABCD’ (*Asset-Based Community Development*), também conhecida no Brasil como Abordagem

³ BRASIL - Constituição Federal de 1988, Título I, Dos Princípios Fundamentais.

Colaborativa ou Modelo Colaborativo, é fruto de mais de trinta anos de estudos de John McKnight em conjunto com Jody Kretzmann - *Northwestern University* Chicago, pesquisando comunidades pelo mundo. Afinal, o que torna uma comunidade bem-sucedida?

Hora de mudar o olhar! As pesquisas⁴ apontaram dois mapas: das potencialidades e das carências. Em suma, um dos pontos de partida está na necessidade de mudança de paradigma (vide quadro a seguir), reconhecendo nas comunidades fortes a valorização das potencialidades acima das carências.

Mudança de Paradigma	
De	Para
Foco nos problemas e dificuldades	Foco nas habilidades e potencialidades
Prevalece a opinião técnica do perito	Prevalece o saber da comunidade
Poder sobre a comunidade	Poder compartilhado com a comunidade
Processo decisório centralizado	Processo decisório compartilhado
Recursos ofertados vem de fora	Recursos estão na comunidade
Dependência e clientelismo	Corresponsabilidade e cidadania

Esta premissa é simples. Ao contrário do que comumente vivenciamos quanto ao desenvolvimento em que os problemas são a atração principal, o foco agora está nas potencialidades. As comunidades bem-sucedidas valorizam os talentos e recursos da própria comunidade e os utilizam no seu processo de fortalecimento. Em geral, ao iniciar o trabalho nas comunidades, tem sido comum gestores de instituições sociais, do poder público e especialistas pautarem suas estratégias a partir do mapa de necessidades, o qual gera mais dependência e clientelismo.



“Uma das coisas que posso relatar é que esse é um problema importantíssimo nas instituições. Em geral, as pessoas visualizam as instituições pelo foco de suas deficiências. As fundações, instituições, governo e a mídia de massa tendem sempre a falar sobre o que está errado, especialmente nas comunidades de baixa renda. Não fazem isso em bairros ricos. Lendo o jornal ou assistindo à TV, você vai

⁴ A partir dos estudos de John McKnight e Jody Kretzmann

pensar que nos bairros pobres as pessoas só se drogam e matam umas às outras. Vocês podem ver o quanto é negativamente poderoso este mapa?"

John McKnight

O momento é de transição do assistencialismo ao fortalecimento da capacidade comunitária para atuar de forma coletiva na construção de uma comunidade com qualidade de vida para todos. Para isto, é importante conhecer e vivenciar todo um processo capaz de identificar os mais variados ativos presentes numa comunidade. São eles os indivíduos, dotados de dons com devida oportunidade para contribuir; associações voluntárias locais, pessoas que agem em conjunto; instituições, instâncias diversas; economia local, circulação de bens e serviços e mundo físico – natural e construído.

E, quando dizemos qualidade de vida para todos, somos realistas. A Abordagem Colaborativa se diferencia por se apoiar nas potencialidades, ao invés de nas carências, e por aliar uma metodologia que fortalece a capacidade das pessoas na concretização de projetos de interesse coletivo. Não é uma fórmula de sucesso, e sim de reconhecimento de talentos. E então, qual o seu sonho de vida na comunidade e como podemos realizá-lo juntos?

Os pilares ABCD

Como abordagem norteadora da metodologia de trabalho da Ação Comunitária pelo Desenvolvimento Comunitário, a Abordagem Colaborativa se apoia em três pilares: *toda pessoa tem capacidade, talentos e conhecimentos; o trabalho está focado na construção de conexões das capacidades e recursos; as mudanças só ocorrem quando as pessoas da comunidade estão envolvidas no processo.*

Baseado nestes pilares, o investimento está na **construção de relacionamentos** entre pessoas e/ou instituições para que possam trabalhar juntas, de forma colaborativa. É neste cenário que, ao colocar as pessoas como centro do processo e fortalecer suas capacidades de trabalhar juntas, há a real promoção do **protagonismo comunitário**. Desta maneira, a **mobilização** é promovida com maior êxito, pois reúne pessoas em torno de causas e objetivos comuns, com autonomia e parcerias para conseguir gerar efetivamente as mudanças almejadas.

Assim, é sob esta perspectiva que o trabalho da Ação Comunitária visa ser multiplicado junto a gestores e líderes de organizações sociais, além de sua equipe, em prol da mobilização familiar e fortalecimento comunitário. Não falamos aqui de uma metodologia rasa ou utópica e sim de uma releitura efetiva para as ações práticas, cujos resultados aparecem ao longo de experiências e vivências compartilhadas. O Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias é um dos principais canais desta multiplicação.

Você não sabe do que precisa até saber o que tem

A vantagem de buscar primeiro os recursos internos, mapeando os ativos locais, é o que possibilita a participação das pessoas, reforça sua importância e amplia a possibilidade de conexões. Caso bem contrário à ideia de “consertar” ou “criar algo” para uma comunidade. Os recursos externos vêm como apoio ao desenvolvimento dos atores sociais e espaços já presentes na localidade. Vale lembrar que o apoio e a colaboração entre ativos locais e externos são essenciais, uma vez que o sucesso acontece quando há colaboração entre os três setores: governo, iniciativa privada e organizações do terceiro setor.



“Comunidade somos todos nós: governo, iniciativa privada e sociedade civil, organizada ou não” (Curitiba, 2002, p. 16)

John McKnight aborda essa relação conceituando-a como uma receita para que uma comunidade seja bem-sucedida. Ressalta, inclusive, que a tendência é uma das pernas estar mais fraca nesse tripé, nesse caso, a sociedade civil. Enxergar essa realidade na dinâmica social é de grande valia.

O Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias

Não há nada melhor do que se trabalhar com aquilo em que se acredita! O Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias, cujo histórico foi citado no início deste capítulo, conta com a realidade de um ambiente capaz de integrar atores sociais essenciais no processo de desenvolvimento comunitário. O grupo, formado por representantes das organizações sociais parceiras da Ação Comunitária, vivencia ciclos de formação, cujo processo é contínuo e constantemente aprofundado.

Com um roteiro pré-estabelecido, criado nos mínimos detalhes, a formação se utiliza de diferentes instrumentos e técnicas que são apresentados e vivenciados pelo grupo. Além do conteúdo principal, que é selecionado no início do ciclo junto ao grupo, há dinâmicas e oficinas que compõem a metodologia de trabalho. O acolhimento junto à valorização dos sentidos através da escuta ativa, o olhar apreciativo e o próprio despertar da sensibilidade dos líderes compõem um cenário repleto de elementos que permitem a execução deste trabalho e o alcance da colaboração coletiva. Combinados, Banco de Ideias, Estacionamento, Reuniões Produtivas são alguns dos termos que envolvem este trabalho em que todos participam.



Programa de Desenvolvimento de Lideranças – Ação Comunitária

Ao mesmo tempo em que se vivencia, se aprende. Pela prática social, a formação pela perspectiva da Abordagem Colaborativa se baseia na ideia de que o sujeito é fundamental para o local que conhece, onde vive, pois é ele que, de fato, melhor conhece a situação presenciada. Assim, pode compreender mais a sua realidade e a comunidade, a ponto de encontrar meios de contribuir com elas.

Os bastidores

Para alcançar a missão proposta e com o propósito de trabalhar com uma metodologia capaz de responder bem às expectativas das lideranças, especialmente quanto à mobilização familiar, o Centro de Desenvolvimento Comunitário foi responsável por buscar especialistas neste tipo de abordagem com vistas a uma constante formação e atualização de facilitadores e equipe.

A partir de então, a metodologia aplicada pela Ação Comunitária passou a contar com o notório saber de Adelaide Fonseca e Marialice Piacentini, ambas com largo conhecimento e formação⁵ acerca de temas de interesse para o desenvolvimento comunitário na perspectiva central dessa metodologia.

Vale ressaltar que a dimensão da perspectiva trabalhada exige constante aprimoramento, inclusive dos facilitadores que passam a ser multiplicadores da abordagem. Com isto, a equipe, junto às especialistas, é responsável pelo avanço da metodologia da Ação Comunitária com base na Abordagem Colaborativa e a aplica diretamente nas formações do Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias. Para isto, realiza periodicamente o **Grupo de Estudos**, cujas temáticas surgem das demandas de ação e das organizações sociais parceiras.

“*...ao longo do processo, pudemos constatar o empenho e os desafios da equipe técnica e de lideranças comunitárias em reajustar a ‘lente’ com foco nas potencialidades e também perceber as alegrias pelas valiosas conquistas. Tudo isso sempre acompanhado de generoso ‘brilho nos olhos’. Com pessoas assim, a Ação Comunitária está contribuindo para a construção*

⁵ Dentre os estudos, há a Formação em Desenvolvimento Comunitário baseado nos Talentos e Recursos Locais pelo Projeto GETS-United Way of Canadá e pelo Coady International Institute - Canadá, que norteia a perspectiva central da metodologia desenvolvida.

de uma nova história na vida de pessoas e de instituições, ao fortalecer a motivação interna, ‘motor’ do trabalho comunitário, acreditando e investindo na capacidade das pessoas de trabalharem juntas, de forma colaborativa, e na desafiante tarefa de conquistar melhor qualidade de vida da comunidade.

O grande diferencial deste trabalho, que dá sustentabilidade aos processos de mudanças almejados, está no exercício cotidiano das atitudes colaborativas e nas conexões entre pessoas e entre instituições. Para nós, além de gratificante, é um grande privilégio participar desta história!!!”

Adelaide Fonseca e Marialice Piacentini – Especialistas na perspectiva da Abordagem Colaborativa

A facilitação

Aos facilitadores está dada a preciosa missão de transmitir, envolver e articular pessoas a ponto de motivá-las a multiplicar continuamente as experiências e aprendizados vividos nas formações. Mais do que interlocutores, os facilitadores do Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias da Ação Comunitária se destacam na dedicação de cada detalhe de todas as etapas voltadas aos encontros. Cabe a eles a elaboração dos conteúdos, roteiros, acompanhamento e avaliação até as diversas demonstrações de cuidados com o grupo para melhor acolhimento, como a preparação de um cardápio especial, a busca por momentos produtivos de descontração ou a atenção a pequenos desejos manifestados – como a doçura das conquistas celebradas no saborear de um chocolate. Segundo Sherrine Mendes, Agente de Desenvolvimento Comunitário, “o êxito de nossa oficina depende muito desse facilitador que conecta pessoas e ideias, num trabalho coletivo em que todos participam e todos também são corresponsáveis.”

Opinião: **Relações**



O líder e o gestor, quando deixam suas comunidades uma vez ao mês, para participar de nossa formação, em geral, vêm com uma expectativa de solucionar problemas, de buscar um jeito de potencializar ainda mais o trabalho que já realizam. Eles têm o objetivo de envolver as famílias na Organização Social de forma plena, de trabalhar melhor com sua equipe de funcionários e colaboradores. Pois isto, além de ser questão de enfrentamento para as próprias organizações sociais, é também um desafio enorme para o facilitador. Desafio este que corresponde à missão de um arqueólogo, escavando o terreno das relações comunitárias, das relações da própria equipe, da relação da família com a Organização, da relação com Órgãos Públicos, buscando também encontrar o máximo de informações para auxiliá-lo a construir um plano participativo possível.

Thiago Ariel Corrêa – Agente de Desenvolvimento Comunitário

Dentre todas as tarefas desempenhadas pelos facilitadores, sem dúvida, uma das mais exigentes está em garantir a sustentabilidade do processo de formação e provocar os participantes, no sentido de garantir que ela também esteja em suas organizações. A sustentabilidade citada está pautada na continuidade do processo com todos os seus fatores de multiplicação e autonomia.

Caminhos de construção: um passo atrás e um passo à frente

O ciclo de formação é iniciado pelo levantamento das expectativas dos participantes. Todo o processo é composto de registros, análises e o acompanhamento pelo grupo de suas conquistas e a participação ativa são essenciais. Para isto, é importante compreender que, aliado aos **Pilares ABCD**⁶, três valores norteiam a prática da abordagem:

⁶Explicitados no início do capítulo

Valores norteadores da abordagem

Participação

Todo o processo é construído: valorizando, reconhecendo e estimulando a participação das pessoas, sempre apoiado nas suas capacidades e talentos.

Empoderamento

As pessoas têm reconhecidos e valorizados seus saberes, experiências e aprendizados adquiridos ao longo da vida, sempre sendo respeitadas as diferenças.

Segurança

Para participar, as pessoas precisam se sentir seguras de que suas ideias, opiniões e escolhas sejam ouvidas com respeito, ou seja, sem julgamentos ou críticas destrutivas pelo grupo.

É perceptível que um dos principais desafios em qualquer tipo de trabalho está no “dar um passo para trás”. A metáfora do “passo” ilustra a importância da tomada de decisão na mobilização da comunidade para o trabalho conjunto. Passo este que representa o crescimento da responsabilidade, o protagonismo e a autoridade na resolução de problemas, elemento indispensável, quando se almejam resultados eficientes nas ações, por meio do *empoderamento* daqueles que vivem e têm influência direta naquela realidade local.

Já o “passo à frente” se configura na medida em que este protagonismo se consolida. A resposta é obtida através do crescimento da atuação das pessoas, aumentando seus níveis de participação, envolvimento e comprometimento (elementos presentes na Abordagem Colaborativa), culminando com a formação de comitês e realizações de eventos, dentre outras ações. Em outras palavras, é imprescindível a compreensão de que todos temos poder.



“Cada cidadão tem dons. Uma comunidade forte sabe que necessita que todos e cada um ofereçam seus dons.”

John McKnight

Assim como o reconhecimento dos setores sociais, identificar o potencial dos sujeitos permite energizar as relações em grupo produzindo, de maneira prática, cenários para o sucesso de comunidades. A ABCD apresenta três preceitos como qualidades fundamentais ao

desenvolvimento comunitário eficiente: *construir sobre recursos locais, focalizar para dentro e impulsionar conexões e relacionamentos*. A ideia é “descobrir o que pode vir a ser produtivo, pois o ponto de partida é dentro da própria comunidade”.

O papel do gestor na mobilização de famílias

Ao gestor de uma organização social cabe o importante papel de reconhecer o que há ‘dentro da própria comunidade’ e, assim, representar a conexão e a mobilização não somente familiar como também da equipe de trabalho. As organizações sociais enfrentam a realidade de gestão em que horários, salários, envolvimento e participação podem estar atrelados a um pequeno grupo: por ser de núcleo familiar ou simplesmente por ser limitada ao programa socioeducativo ou convênio implantado, obedecendo a normas rígidas, em relação ao que se espera de um ambiente de interesse coletivo. Segundo Neumann (2004, p. 66), “*Para enfrentar o desafio de articular os esforços e trabalhos das instituições e das comunidades, o primeiro passo é encorajar e fortalecer o relacionamento entre moradores e profissionais de instituições, e entre os profissionais das várias instituições*”.

Durante a troca de experiências entre os gestores, amplia-se a visão e a responsabilidade, para além da administração burocrática da organização. E isto é uma conquista. Neste caso, ser um conector dentre as lideranças comunitárias, construir canais de comunicação, mapear parceiros, construir relações concretas, além de fomentar conexões também externas, são algumas das atribuições que se espera de um gestor. Lembrar-se de que não se trabalha sozinho também é essencial!

Opinião: **Mudança de olhar**



[...] Nessa formação, cada organização tem o desafio de mobilizar as famílias em prol da própria comunidade. Só que essa mobilização não é simples, requer mudança de olhar, mudança de paradigmas, requer enxergar que a capacidade de mudança está dentro da própria comunidade. [...] Um exemplo que eu gostaria de citar é o da Associação Comunitária Auri Verde. Os gestores dessa unidade propuseram

integrar os 5 núcleos da organização utilizando a Abordagem Colaborativa, pela parceria e participação na formação.

[...] No início, pensava-se em trazer profissionais de fora, para dar palestras, por exemplo, e somente essa equipe de gestores e liderança estava envolvida. Entretanto, utilizando as ferramentas da Abordagem Colaborativa, cada gestor foi envolvendo sua equipe nessa proposta e o evento foi realizado pelos próprios funcionários, que se dividiram em equipes, **cada um colaborando com a sua capacidade**, e os núcleos foram integrados com sucesso.

O resultado desse processo foi que a equipe pediu a continuidade dessa integração e já existem algumas ações marcadas para dar continuidade. A ideia é que esse encontro passe a ser anual.

Ao longo desse processo, pude observar que o sucesso ocorreu porque as pessoas foram envolvidas, porque os próprios funcionários tiveram a oportunidade de mostrar suas capacidades, sentindo-se parte integrante do processo. Tais capacidades não são necessariamente utilizadas no dia a dia do trabalho na Organização e o ganho de tudo isso foi a própria integração. Essa ação partiu de um sonho dos Gestores e a equipe viabilizou que se tornasse realidade.

Sherrine Mendes – Agente de Desenvolvimento Comunitário

Assim, como meta do facilitador, também cabe ao gestor garantir a sustentabilidade do processo de incorporação do trabalho colaborativo. O desenvolvimento e a organização comunitários junto à mobilização de famílias requerem grupos onde todos estão envolvidos e são corresponsáveis. Parece difícil, porém, o envolvimento é justamente o elo de garantia de sucesso do trabalho com cooperação.



Envolvimento das Lideranças Comunitárias
em processo de formação - Ação Comunitária

Terra à vista! Caminhos possíveis

Por se tratar de uma perspectiva ampla, a Abordagem Colaborativa, além de não se restringir a uma única fórmula ou mesmo a limites temporais, permite se adequar a quaisquer ambientes e grupos, que podem ser de trabalho ou mesmo de familiares. Quando seus valores e princípios são compreendidos, mesmo que não haja aprofundamento profissional de conteúdos, é notável a naturalidade de incorporação de alguns preceitos por aqueles que a vivenciam ou a multiplicam em seus ambientes.

Dessa maneira, no poder público, na iniciativa privada, na sociedade civil organizada ou em grupos informais, há perspectivas de trabalhos a serem desenvolvidos em prol de melhorias em distintos aspectos. Guimarães e Almeida (2005, p. 134), ao explanarem sobre metodologias participativas, citam que *“a metodologia deve buscar o princípio básico de elevar a família à condição de parceira dos programas sociais”*, pois uma vez que estão como corresponsáveis, há criação de um espaço que possibilite sua atuação e capacitação junto aos profissionais. *“Trata-se de uma tarefa difícil, mas não inviável”*.

Opinião: O sucesso está em como se faz



Uma experiência muito rica que tenho orgulho de apresentar neste processo de formação foi o emocionante contato com Dona Maria, mãe de família e líder comunitária, presidente da organização Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente Bom Pastor. Dona Maria sempre incentiva o grupo para frente e para a responsabilidade com a formação. Certa vez, de forma espontânea e campesina, como lhe é peculiar, disse a todos numa roda de conversa: *“Se o ano tem 365 dias, por que não podemos dedicar 10 deles para nossa formação, para melhorar, crescer? Quem sai perdendo é a gente”*. Ela descobriu e aperfeiçoou capacidades por intermédio do processo formativo. [...]

Um momento muito marcante para mim foi a experiência vivida por ela no final de 2013, por meio da Abordagem Colaborativa, quando descobriu outros talentos e investiu a sua dinâmica em prol de arrecadar recursos para pagar o 13º salário de sua equipe. Nesse processo de formação, dona

Maria percebeu que a formação não provocou mudanças somente no aspecto profissional, mas na sua vida. Mudou a forma de lidar com as pessoas, com os filhos, com as famílias. Ela se descobriu e aprendeu a valorizar os outros, conectando os talentos e empreendendo ações em conjunto.

Para mim, pessoalmente, a Abordagem Colaborativa proporcionou novo modo de ver as pessoas, os fatos. Olhar o quanto elas são valorosas e importantes. E como juntas são capazes de atingir seus objetivos comuns, pois estão conectadas, avançam e crescem na responsabilidade.

Josiane Alves – Agente de Desenvolvimento Comunitário

Nota-se que comprometimento e determinação são alguns dos ingredientes fundamentais para todo tipo de trabalho. É importante resgatar que a metodologia utilizada pela Ação Comunitária é um meio, considerando que a intenção não está em apresentar uma resposta, e sim em propor um caminho para uma participação plena.

Trabalhar *com* e não *para*

Numa sociedade em que estamos acostumados com programas e projetos que visam auxiliar pessoas, as ações buscam resolver seus problemas com soluções que já vêm formuladas para as comunidades. Ainda é um diferencial, e um desafio, despertar as pessoas e fazer com que elas enxerguem que são cidadãs capazes de provocar mudanças em suas vidas e em suas comunidades. Para isto, a estratégia de ação está simplesmente *no fazer com, trabalhar com. Com as famílias, com as comunidades e nunca para.*

“

Eu trabalho há 25 anos com organizações. Já fiz de tudo, já aprendi muito no trabalho com famílias... Mas este não é um trabalho com famílias. É “O” trabalho com famílias. Neste trabalho, as pessoas atuam de verdade, as ações saem do papel e se constrói um grupo atuante que nos faz pensar. Pensar na sua família e nas dificuldades que se têm de deixar em casa para vir num sábado fazer o trabalho, sentindo que se faz algo com um propósito e acreditando nesta atuação e envolvimento das pessoas.”

Rejane Maria da Silva - Centro Popular de Defesa dos Direitos Humanos Frei Tito Alencar Lima – Cidade Júlia

Durante a formação, as lideranças das organizações sociais criaram o **Plano de Mobilização de Famílias**, um plano que almeja alcançar e acompanhar o nível de participação, envolvimento e comprometimento de ações junto às famílias. Há constante acompanhamento desses planos ao longo do ciclo de formação e várias organizações já começaram a colher alguns frutos desta semente.

No decorrer do processo, algumas organizações avaliam que antes de realizar um plano para o trabalho com as famílias, é necessário, inclusive, realizar um alinhamento de desejos e conceitos de mobilização com a equipe. Este é um dos aspectos que compõem todo um método que acompanha as formações e o trabalho dos líderes e gestores dentro das organizações, cuja análise e registros são essenciais. Cabe ressaltar que a experiência alcançada nas formações apresenta conteúdos práticos de oportunidades e desafios, que, aliados ao conteúdo da metodologia, permitem contribuir com melhor domínio do processo.

Entre os trabalhos em andamento estão as **Comissões de Pais**, que envolvem ações incentivadas pelos líderes e gestores em consonância com o Lazer Comunitário, mais bem descrito no próximo capítulo. Falamos aqui de uma transição para a democratização e ocupação dos espaços das organizações sociais através da aproximação com as famílias.



Reunião de Comissão de Famílias - Movimento Comunitário São Joaquim

Opinião: O Trabalho com Famílias



[...] Identificando possibilidades de mudanças colaborativas, a conquista de conhecimento e autoconsciência, promovidos com o Projeto “Família: Participação Cidadã”, permitiu o empoderamento das famílias no processo, tornando-as responsáveis pelo próprio desenvolvimento. Por meio da formação de uma comissão, pôde-se ter o contato direto com os familiares, proporcionando que uma ação coletiva – por exemplo, um evento comunitário – criasse um espaço de convívio e de troca, por meio de decisões equitativas e valorização dos talentos.

A importância da comissão resgata a segurança dos integrantes e proporciona a aquisição da emancipação individual e da consciência coletiva necessária para a superação da dependência e dominação. Neste processo, os integrantes reconhecem seus talentos e capacidades de entendimento do seu próprio meio social, transformando a realidade em que se encontram, recobrando a dignidade, a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino, com responsabilidade e respeito ao outro. A maneira democrática de conduzir tais ações pode causar transformações nas relações sociais, culturais, econômicas e de poder.

Ismael Toledo – Animador Sociocultural da Ação Comunitária

Desta forma, as ações realizadas junto às lideranças comunitárias viabilizam passos consistentes para que as organizações tenham fortalecidas suas capacidades. Isto se dá pelas diversas possibilidades voltadas ao desenvolvimento comunitário, que estão constantemente incentivadas pelos trabalhos do Centro de Desenvolvimento Comunitário, que tem em seu Projeto Sociopolítico a Abordagem Colaborativa como uma de suas bases fundamentais. Além desta base, outro campo do conhecimento que contribui com a metodologia do trabalho do Centro é o da Cultura & Lazer, principalmente por meio da animação sociocultural.

Assim, ao fortalecer as lideranças a serem protagonistas na mobilização de famílias, o lazer é reconhecido como uma das possibilidades de envolvimento, conforme as pessoas participam do local onde vivem. Como meio ou como fim, o lazer se relaciona e influencia o desenvolvimento comunitário e esta relação será mais bem esclarecida no capítulo seguinte⁷.

2 | O LAZER COMUNITÁRIO COM FAMÍLIAS



A IMPORTÂNCIA DO LAZER NO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Na nova conjuntura da Ação Comunitária, as ações voltadas à cultura e ao lazer tornam-se eixos de integração como área transversal aos três Centros. No caso do Centro de Desenvolvimento Comunitário, essa vertente possui papel de suma importância e o lazer comunitário passa a ser um de seus enfoques, compondo em seu processo contínuo uma nova etapa, em que influencia diretamente a relação entre gestores, líderes e suas comunidades visto que a centralidade é a família.

Um passo bem importante para a participação cidadã está na convivência familiar em atividades de lazer. Famílias que fortalecem seus vínculos por meio de momentos de lazer tendem a estar mais próximas em todos os demais temas comunitários. Esta união e participação remetem a um passo muito importante na relação entre lazer e desenvolvimento comunitário. Conforme palavras de Reinaldo Pacheco sobre o dinamismo cultural da sociedade contemporânea, *“o que hoje se aprende nos momentos de lazer é tão importante quanto a aprendizagem feita em sala de aula, ou até mais.”*

Ao se pensar em fortalecimento comunitário e “Participação Cidadã”, o próprio termo já nos remete a um ponto primordial na compreensão da importância do lazer para a cidadania.

Vale lembrar que o lazer, assim como a cultura, são *direitos sociais*, garantidos constitucionalmente no Brasil. O artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é composto por pontos essenciais aos conteúdos discutidos ao longo desta publicação.

Segundo a Constituição Federal (1988), o direito ao lazer, como também à cultura e à liberdade – além de outros – são aspectos a serem assegurados pela família, pela sociedade e pelo Estado. Assim, ao tratarmos de lazer, chamamos a atenção para sua relação com este conjunto de direitos, ainda pouco usufruídos integralmente pela sociedade brasileira, destacando principalmente o *direito à convivência familiar e comunitária*.

Ao se compreender o lazer como direito social, que surge junto com as conquistas trabalhistas do início do século passado, em especial com a regulamentação da jornada diária de trabalho e das férias anuais, é possível afirmar que este “tempo para o lazer” é viável aos cidadãos e essencial para a sua qualidade de vida.

Segundo Werneck (2000), o lazer como direito oferece a possibilidade de produção de cultura através da vivência lúdica de vários conteúdos. Esta vivência é capaz de permear os sentidos que ganham vida, por meio da construção coletiva e que são expressos pela liberdade, autonomia, criatividade e prazer.

E, para que haja esta mobilização, é preciso que haja o desejo. Desejo de mudança, de ação e de valorização. Pautado numa ampla dimensão de conteúdos, o lazer influencia a existência humana em seus vários aspectos de forma multidisciplinar e possui papel fundamental no que tange ao desenvolvimento individual, familiar ou comunitário.

Vale compreender que o lazer se configura como um tempo privilegiado para a vivência de valores capazes de estimular mudanças de ordem moral e cultural numa sociedade, além da possibilidade de ser um veículo de educação no desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos. Desta forma, explanamos aqui um conjunto de ações propostas pela Ação Comunitária, pautado no entendimento de que o lazer é essencial nas etapas de consolidação do fortalecimento comunitário.

E você? O que você deseja para o seu tempo de lazer?

O Projeto

O projeto Família: Participação Cidadã tem como meta proporcionar vivências de forma integradora com as famílias. As organizações sociais são convidadas em encontros de formação, com informações que permitam a opção pela participação. Esta opção integra a corresponsabilidade a ser assumida pelas organizações para que se alcancem os objetivos e seus respectivos resultados.

A estrutura que permite a operação do projeto compreende: 01 Gerente do Centro de Desenvolvimento Comunitário, 03 Agentes de Desenvolvimento Comunitário, com relação indireta – proposição, acompanhamento, sistematização e avaliação no projeto –, 01 Orientador Pedagógico, 01 pesquisadora, 03 Animadores Socioculturais e 08 Educadores Culturais, responsáveis diretos pela execução, acompanhamento, registro, avaliação e prestação de contas por meio de relatórios.

Dentre esses profissionais destacamos o papel do Animador Sociocultural, que orienta e acompanha a atuação do Educador Cultural e essencialmente busca potencializar os ativos locais existentes no campo cultural, fomentando e promovendo a atuação propositiva da liderança comunitária e das famílias na identificação, uso e proposição de plano para busca de alternativas culturais que atendam as expectativas dos grupos. Na Ação Comunitária, este profissional compõe a equipe a partir de 2012.

Assim, o lazer comunitário oferece às famílias *oficinas participativas ministradas e orientadas por educadores culturais; oficinas participativas aos finais de semana; visitas culturais monitoradas em espaços culturais e de lazer da cidade e realização de eventos comunitários*. Com o intuito de integrar as famílias por meio de respeito coletivo, cuidado mútuo e senso crítico, a visita monitorada e o evento comunitário ocorrerão conforme a opção das famílias, realizados de forma democrática junto aos grupos⁸.

⁸ Vale lembrar que além destas propostas, há pretensão de que surjam novas demandas e ideias – atividades artísticas, recreativas ou outras – por parte das famílias, conectando os talentos e interesses da comunidade.



Participante das Oficinas de Lazer Comunitário - AMAI

O processo das atividades de lazer comunitário

As oficinas participativas são propostas como vivências integradoras proporcionadas a todas as famílias atendidas pelas organizações parceiras que optaram por participar do projeto. Para sua execução, seguem-se algumas etapas: divulgação do projeto às organizações sociais parceiras; reunião com famílias para apresentação do projeto; inscrição das famílias no projeto; levantamento de temas e linguagens artísticas ou de lazer *da preferência dos familiares*; contratação dos Animadores Socioculturais e a contratação dos Educadores Culturais para oficinas participativas.

As estratégias utilizadas para esse processo de decisão e transparência, indo além do “produto pronto” no oferecimento de ações à população, surtiu efeito positivo desde o início nas famílias participantes. Para sua compreensão, serão mais bem apresentadas no texto a seguir:

Opinião: Estratégias de Mobilização Familiar



Todo processo de **mobilização social** é precedido por um **desejo de transformação** e pela consciência da necessidade de uma mudança. [...] A Abordagem

Colaborativa lança um novo olhar sobre o processo de mobilização social, contribuindo para o desenvolvimento de projetos mais sintonizados com os anseios e interesses de uma comunidade, por meio da construção de espaços de diálogo e de estratégias participativas que favorecem a definição coletiva de objetivos e ações.

Com tal perspectiva, envolver as famílias no processo de decisão das ações desenvolvidas no projeto Família: Participação Cidadã se apresentou como uma tarefa indispensável. Para atingir esse objetivo, foram convocadas reuniões com as famílias atendidas por todas as organizações sociais contempladas pelo projeto. Além de tornar possível uma maior integração com as equipes das organizações sociais atendidas, essa decisão favoreceu a **participação ativa** de todos os envolvidos nos processos de decisão.

A metodologia empregada teve como principal preocupação respeitar as peculiaridades de cada comunidade, assim como garantir um espaço de **escuta ativa** que permitisse o acolhimento das ideias e desejos de todos. Durante os encontros, as famílias tiveram a oportunidade de discutir as ações que seriam desenvolvidas com o projeto, tirar dúvidas e, por fim, escolher quais seriam as oficinas realizadas. Essa atitude estimula a autonomia e propicia a todos a oportunidade de participar desde o início do processo, construindo de forma colaborativa as ações que serão executadas. Sobretudo, compartilhar com as famílias atendidas pelo projeto a responsabilidade pela decisão de quais atividades serão desenvolvidas em cada organização contribui para o **empoderamento** dos sujeitos envolvidos, favorecendo o sentimento de pertencimento, além de garantir a transparência no processo.

Da mesma forma, a participação das famílias também foi um indicador importante das demandas e interesses dos envolvidos, além de confirmar a importância da realização do projeto nas comunidades. O diálogo com as famílias foi vital para a compreensão de que as ações desenvolvidas contribuiriam para fomentar espaços de convivência, tão escassos na periferia paulistana, além de incentivar práticas que favorecem a cidadania, a participação comunitária e o desenvolvimento local.

Gustavo Sousa – Animador Sociocultural da Ação Comunitária

Os interesses culturais do lazer

O que mais te interessa?

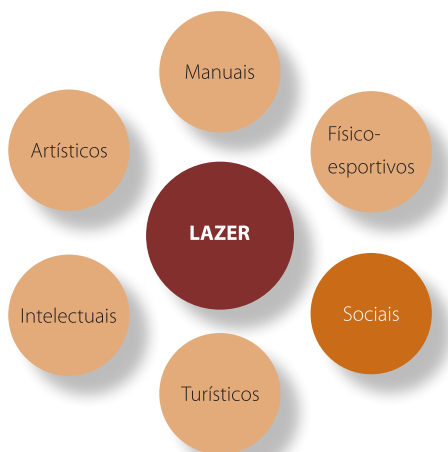
Ao observar o lazer como forma de produção cultural, é importante ressaltar a vivência lúdica de diferentes conteúdos. Com o intuito de ampliar o repertório cultural e artístico de cada membro das famílias participantes e de contribuir com o plano de mobilização familiar elaborado pelas organizações sociais, as oficinas participativas contaram com a escolha dos participantes para definir a linguagem oferecida.

Para o levantamento destes dados, conforme já citado, houve apresentação do projeto às famílias nos moldes da Abordagem Colaborativa para a escolha das atividades e compreensão

de “o que é o lazer” junto aos gestores das organizações sociais e animadores socioculturais. Os relatos e a apuração da população sobre o que conhecia como lazer, além da lista de opções de atividades, possibilitaram maior clareza quanto à diversidade de conteúdos deste campo.

No campo do lazer, há uma classificação muito difundida, proposta por Joffre Dumazedier (1980), que apresenta os interesses culturais do lazer organizados em grupos, que facilitam a compreensão dos envolvidos no projeto. São eles: sociais, físicos, manuais, artísticos e intelectuais. As estes grupos acrescentam-se também os interesses turísticos, propostos por Luís Octavio Camargo de Lima (1989). Vale lembrar que, na motivação do sujeito em praticar alguma atividade, mais de um interesse cultural pode ser contemplado. Neste caso, a provocação do projeto já começa aqui.

Os interesses culturais do lazer



Houve um destaque para o *interesse social* do lazer que não foi acidental. É claro que “os *interesses humanos não se encontram estaticamente divididos*”⁹, porém, entre a diversificação

⁹ Conforme citam Melo e Alves Jr. (2012, p. 39)

da oferta das atividades de lazer, apesar de o interesse social ser discriminado conceitualmente como aquele em que o elemento motivador é exatamente a promoção de encontros voltados à sociabilidade – como festas, encontros em restaurantes, passeios e atividades turísticas em geral –, há neste projeto uma intenção declarada de promoção de tal interesse. Segundo Melo e Alves Jr. (2012, p. 46), *“em princípio, todas as práticas de lazer tendem a envolver grupos e a desenvolver a sociabilidade”*.

Apesar de haver etapas de atividades de socialização neste projeto, é possível atribuir um peso constante ao interesse social, uma vez que ele tem como princípio norteador proporcionar vivências integradoras e espaços de diálogo entre as famílias e a comunidade.

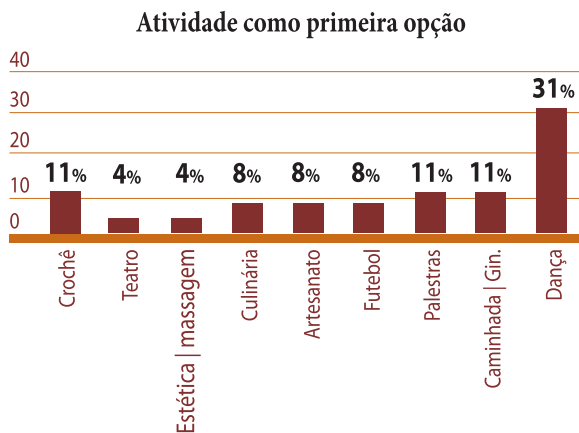
Considerando que a sensibilização ao longo do processo do projeto visa maior envolvimento nas relações familiares e comunitárias, conseguir unir mais de um interesse, atendendo as expectativas de lazer oferecidas nas organizações, é dar um grande passo para que novos vínculos sejam promovidos. Além do enfoque familiar, os fatores contribuidores da sociabilidade de forma mais ampla ativam os laços almeçados entre outros atores sociais, aumentando as conexões e incentivando a mobilização também comunitária.

À medida que a equipe da Ação Comunitária dá o seu “passo para trás”, permitindo que haja opinião, decisão e autonomia dos grupos em meio às atividades oferecidas, incluindo outras em que eles mesmos serão os articuladores diretos, aumenta o processo de empoderamento e democratização. Trabalhar o exercício crítico é, sem sombra de dúvida, uma das facetas em prol da mudança da sociedade, inclusive pelo exercício do direito ao lazer.

A seleção nota 10!

Para a execução das oficinas artísticas ou de lazer nas organizações¹⁰, houve uma seleção cujo gráfico a seguir exemplifica bem o cenário apontado pelas preferências dos grupos:

¹⁰ Associação à Criança, ao Adolescente e Jovem do Icarai – ACAJI, atual Ação Comunitária - Unidade Icarai: Danças e ginástica; Associação Cidadania Ativa do Macedônia - ACAM: Danças de salão e ginástica; Associação dos Moradores da Vila Arco Iris - AMAI: Artesanato e ginástica rítmica; Associação Comunitária Auri Verde: Danças urbanas e de salão; ABPA - CSE Esperança: Danças de Salão; Movimento Comunitário Estrela Nova: Futebol; CPDDH Frei Tito de Alencar - Cidade Júlia: Danças; Instituto Anchieta Grajaú – IAG: Danças, ginástica e capoeira; Movimento Comunitário do Jd. São Joaquim: Danças de Salão; Instituto de Cidadania Padre Josimo Tavares: Ginástica e danças brasileiras.



Escolha de atividade sistemática - ABPA - CSEsperança

De todas as linguagens apresentadas na pesquisa, a opção Dança “deu um baile” nas demais. Curiosamente, apesar de várias linguagens culturais assim como interesses serem votados e até selecionados, como o artesanato – interesse manual –, as atividades direcionadas pelos interesses artísticos e físicos do lazer tiveram maior destaque, sobretudo a dança que está como 1.ª opção em 90% das organizações sociais.

Vale destacar que a dança transcende como arte e também como atividade física. Em cada organização há uma leitura.

“ [...] Partindo do princípio de que transmitir experiências diversas faz com que famílias se aproximem e troquem constantes saberes diferentes. Acredito que podemos ser o ponto de partida para novas descobertas e talentos. [...] No entanto, é de extrema importância proporcionar ao participante uma transformação. Ser feliz é acreditar naquilo que se constrói, proporcionando caminhos paralelos e alternativos através da Arte...

Lenny de Souza – Educadora Cultural na Associação Cidadania Ativa do Macedônia - ACAM

Além da arte, a dança também é atrelada pelos sujeitos à assimilação do movimento, do corpo, sendo, inclusive, destaque como opção de atividade física junto à ginástica que apareceu como segunda opção em várias organizações. Segundo Isayama (2007, p. 44), “*dentre as práticas culturais mais procuradas e difundidas pela mídia, estão as atividades físicas e esportivas, que vêm sendo amplamente visualizadas como possibilidades de lazer*”. Além disso, as atividades físicas têm uma ampla relação com a saúde corporal e mental, considerando que estimulam hormônios essenciais ao bem-estar físico e mental, diminuindo o estresse, o cansaço, o desânimo e a depressão, assim como estimulando a autoestima e a felicidade. Isto é, a dança neste cenário acaba por ir contra o sedentarismo recorrente no perfil desses beneficiários, além de proporcionar vivências lúdicas e artísticas em família.



Apresentação de famílias organizada por Comissão de Pais - Frei Tito Cidade Júlia

Lazer e Família: Que tal trocar os óculos?

Segundo Pronovost (2011, p. 85) “*A maioria de nós se sente pressionada pelo tempo, tem a impressão de negligenciar certas atividades e responsabilidades. A vida em família é vítima disso*”.

Se a palavra lazer ainda não tem uma clareza de definição no seu cotidiano, não se assuste, isto

é muito comum! Quando lazer é o assunto, liberdade, descanso, divertimento e desprendimento são destaques a que geralmente as pessoas o associam. A que você associa o lazer?

Indo além do que sentimos ou pensamos, estudos tentam aprofundar e destrinchar melhor a amplitude do lazer e sua importância. E, aos destaques, acrescentariam: o desenvolvimento (aqui bastante citado), os tempos sociais, as relações lazer e cultura, o duplo aspecto educativo do lazer, dentre várias outras temáticas interessantes.

Ou seja, mesmo que você ainda não conheça muito sobre esta palavrinha “lazer”, há muito que aprender e entender. O lazer permeia muitos espaços – por vezes imperceptíveis – em nossa vida e ainda é pouco valorizado, em meio às suas oportunidades de multiplicação. Então vamos multiplicar!

Ao longo das pesquisas em publicações diversas para compor este livro, sob o contexto do projeto, uma questão foi motivo de inquietação: Onde está a família? **Sim, onde está a família?**

Não falamos agora da família unida numa viagem ou num passeio ao parque de forma superficial. A discussão segue adiante, buscando compreender como as atividades de lazer propostas pelo projeto da Ação Comunitária junto às organizações sociais na zona sul de São Paulo ultrapassam as barreiras cotidianas encontradas nas relações familiares e no desenvolvimento comunitário.

Dentre vários aspectos do comportamento e das normas que estão embutidas nas expectativas em relação, principalmente, aos papéis exercidos pelos vários atores sociais, um ponto de vista é muito claro: há uma separação brusca entre o papel do lazer comparado ao das outras atividades (trabalho, família, amor, estudo). Ou seja, o ser humano tende a reconhecer o lazer quando ele se distancia das práticas cotidianas, em especial, das obrigações.

O conceito de lazer há tempos é consolidado, contrapondo-se ao tempo das obrigações. Dumazedier (1980, p. 19) propõe que lazer:

“É um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.”

Entre as obrigações e o tempo livre concatenado ao lazer, é curioso enxergar a posição da família nesse contexto. Ao vislumbrar que a família é reconhecida como um dos principais campos de responsabilidade e obrigação – não discordando disto –, questionamos aqui a possibilidade, e também a necessidade, de transição entre a “tarefa família” para o tempo também de recrear-se e entreter-se de forma livre e desinteressada. Como assim?!

Há uma linha muito tênue entre as obrigações familiares e sociais e a participação voluntária do sujeito. A proposta é considerarmos a família como uma área transversal, uma vez que, por meio de relações afetivas e de fortalecimento de vínculos, a família possa começar a ocupar livremente um espaço de fruição de prazer e vivências satisfatórias ao invés do rígido papel de rotina, monotonia e responsabilidade.



Quatro gerações da mesma família em oficina de Lazer Comunitário - AMAI

Observe que, dentre os tempos sociais¹¹, o tempo familiar tende a ser afetado diretamente pela dinâmica social contemporânea. Para ilustrar melhor, imagine o tempo dedicado pelos pais às crianças. Pronovost (2011) propõe a compreensão de dois tempos diferentes: o tempo primário e o parental. O tempo primário corresponde a um tempo exclusivo de dedicação à criança, envolvendo a presença dos pais e cuidados como educação, brincadeiras e entretenimento. Já o tempo parental é caracterizado pelo tempo em que os pais estão presentes na vida de seus filhos, em quaisquer que sejam as atividades, como compartilhar uma refeição, fazer compras ou qualquer outra atividade cotidiana realizada em conjunto.

“ *A gente sabe que, para algumas mães, ter aonde levar os filhos aos finais de semana acaba sendo um alívio. Mas não para estarem com eles. Algumas querem poder assumir suas tarefas ou mesmo descansar quando estão em casa. Mal sabem que perdem tempo não estando com eles.*”

Depoimento de participante de oficina em Ação Comunitária – Unidade Jardim Icarai

E em sua família?

Mesmo sem pesquisas científicas, é possível analisar esse tempo. Em sua família, na de seus amigos, qual o tempo dedicado a esses momentos exclusivos? Quanto tempo você dedica a momentos de lazer com sua família?

É simples enxergar à sua volta que este tempo de aproximação familiar vem caindo ao longo dos anos, seja ele primário ou parental, seja ele exclusivo ou não. E sabemos que motivos e contextos são muitos. O que seria uma situação de igualdade na divisão dos tempos entre homens e mulheres em relação ao trabalho e às tarefas domésticas e familiares ainda não é uma realidade. Além disto, com as mulheres economicamente ativas e ambos os sexos

¹¹ Considere tempos sociais: tempo psicológico e os cuidados pessoais, trabalhos domésticos, diferenças ligadas à idade, à jornada e ao deslocamento para o local de trabalho, tempo dedicado à família e a práticas de sociabilidade descritos por Pronovost (2011).

sujeitos à restrição de tempo com altas jornadas de trabalho, independente da estrutura familiar composta, há diminuição do tempo para o núcleo familiar e, conseqüentemente, também há redução de tempo destinado ao lazer. E esta é apenas uma das portas de entrada para esta discussão.

“ [...] Percebo que, através da atividade, os envolvidos nas aulas encontraram um lugar para se divertir e até mesmo reencontrar amizades antigas que ficaram esquecidas muitas vezes pela falta de tempo e disponibilidade. Creio que a palavra UNIR prevalece no projeto e a união com certeza fortalece uma comunidade, pois sem ela tudo ficaria mais difícil. [...]

Ricardo Faustino – Educador Cultural na Associação Beneficente Previdência Azul CCA Esperança

Em suma, ao considerarmos a realidade familiar, comunitária e até individual, temos a clareza do grande desafio que está na proposta de reunir membros de uma família em um espaço comunitário com o intuito de conquistar momentos de lazer integrados. Isto gera, além da motivação, a necessidade de se contrapor à realidade em que as obrigações preenchem o tempo disponível dos sujeitos.

Mais do que isto, é conseguir quebrar o paradigma e plantar sementes para a compreensão quanto à importância desses momentos voltados à conexão e à participação cotidiana na interface familiar e comunitária.



É um desafio mobilizar famílias à compreensão de que é através das relações afetivas e do fortalecimento de vínculos que a família pode começar a ocupar livremente um espaço de fruição de prazer e vivências satisfatórias ao invés do rígido papel de rotina, monotonia e responsabilidade.

Equipe em sintonia

Para o desenvolvimento das oficinas participativas, os educadores culturais foram selecionados conforme a linguagem escolhida. Em cada organização, há um educador para as oficinas que são de livre participação.

Além de ministrar as vivências, este educador tem um papel essencial para o sucesso do projeto. São atribuições do Educador Cultural: desenvolver atividade cultural conforme a demanda identificada; pensar e sistematizar, em parceria com o Animador Sociocultural e lideranças, estratégias que garantam a mobilização das famílias e da comunidade para a participação, otimização e ocupação das Organizações Sociais, aos finais de semanas, e identificar, negociar e construir parcerias para as atividades culturais.



Formação de Educadores Culturais - Ação Comunitária

– nas oficinas diretamente realizadas nas comunidades – e os demais setores compostos pelos participantes das formações do Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias, assim como com a equipe do Centro de Desenvolvimento Comunitário.

Além da formação da liderança, há o Programa de Formação de Educadores, em que a Abordagem Colaborativa, que alimenta o método de trabalho do Centro, é compartilhada com eles durante a capacitação e a mobilização, para que compreendam sua real importância para o objetivo do projeto. Traça-se assim uma linha onde as oficinas não são vistas necessariamente como “aulas” e sim como espaço para alcançar resultados, sensibilização e motivação em prol do desenvolvimento individual, familiar e comunitário.

O Programa de Formação de Educadores se reflete num espaço de participação e colaboração junto à constante troca de conhecimentos e vivências.

Experiências de sucesso: de olho nas atividades!

No início deste capítulo, atualizamos o leitor quanto à composição do projeto e à metodologia utilizada. O papel da equipe e a dinâmica para as atividades também foram apresentados. Agora é a hora de ver alguns dos resultados obtidos durante as oficinas participativas.

Quando se afirma que o trabalho deve ser feito *com* as famílias e não *para*, já se provoca a ideia de que as organizações sociais devem estar preparadas para a interação com a heterogeneidade deste público familiar. E, neste aspecto, os laços de integração e confiança podem ser fortalecidos de forma a motivar e a envolver os participantes da comunidade.

“ [...] O contato com a comunidade do Jardim São Joaquim tem sido algo muito interessante. Em apenas 3 semanas, observo a proximidade e a confiança que os participantes têm em chegar, conversar entre si, sorrir e dançar uns com os outros. Essa convivência é muito importante e a

confiança que depositam em mim, enquanto educador, me motiva a melhorar. Sinto-me honrado em participar de um programa assim!

Leonardo Cordeiro – Educador Cultural no Movimento Comunitário do Jardim São Joaquim

Para oferecer uma visão geral, citamos alguns pontos que Pronovost (2011) elenca como motivações sociais para as atividades cotidianas de lazer moderno.

Curiosamente, ao longo das experiências práticas do projeto, estes pontos se revelam continuamente. São eles: a importância do meio ambiente, do contexto e do ambiente (externo); os atributos de prazer e de divertimento nas práticas das atividades; o lazer como meio de evadir-se das atividades cotidianas usuais quebrando a rotina ou monotonia; como mediador da sociabilidade, “ligada à família e parentes” ou “aos grupos de amigos ou pares”; como meio de expressão das emoções e sentimentos; o preenchimento de funções de repouso e de descontração; a ligação com finalidades educativas e culturais nas atividades e inclusive as noções de saúde, “psíquica ou mental”.

“*Eu vim porque minha irmã convidou, mas lá em casa todo mundo duvidava que eu viria para as atividades! Meu marido disse que não tinha tempo e queria ver até que dia eu ia continuar. Ah, agora que eu tô me sentindo bem, conseguindo fazer as coisas na atividade, ah, agora eu não paro. Nem sei por que demorei tanto...*”

Helena – participante das oficinas no Instituto Anchieta Grajaú

Este panorama ilustra a riqueza dos atributos sociais do lazer que são contemplados ao longo do projeto, em que aparecerão novos aprofundamentos proporcionados inclusive pela análise da prática no que diz respeito ao fortalecimento comunitário.

Ação Intergeracional

O projeto Família: Participação Cidadã é apresentado como um desafio em agregar perfis e faixas etárias diferenciadas que compõem uma família, uma vez que a organização social tende a ser um espaço de atividade segmentada. Com este propósito, além da participação nas oficinas, a participação destes vários sujeitos reunidos nas vivências de lazer é um objetivo e uma meta também da equipe do projeto.

Linguagem, comportamento, abordagem, adaptações, convite. O educador, além de oferecer oficinas que sejam agradáveis, tem o desafio de torná-las atrativas para esse público misto, a fim de promover a prática de lazer como um campo contínuo e necessário à qualidade de vida. Considera-se ainda que a prática do lazer é também um momento de união familiar e disponível a todos.

“ *As atividades de dança desenvolvidas nas organizações colaboram, principalmente, para a qualidade de vida e o trabalho em grupo. Os participantes são pessoas de várias idades, envolvendo desde as crianças até a terceira idade: pais, avós e irmãos dos alunos atendidos no CCA. As oficinas têm como ponto forte a integração entre os participantes e a qualidade de vida.*

Priscila Magalhães – Educadora Cultural nas organizações Auri Verde e CPPDH Frei Titto de Alencar Lima

Ao observar as listas de presença preenchidas pelos participantes, em um período do projeto, foi possível acompanhar a transição de fase do Família: Participação Cidadã a partir do aumento e crescimento de pessoas de diversas faixas etárias, além da infantojuvenil. Vale ressaltar que, dentre os participantes da idade adulta e terceira idade, estão chefes ou representantes de famílias que acompanham seus filhos, sobrinhos e familiares em geral¹².

Os gráficos a seguir apresentam um retrato da divisão etária dos participantes em algumas das oficinas participativas:

Gráfico 1: Capoeira

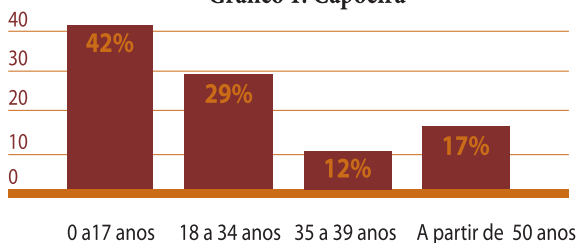


Gráfico 2: Danças

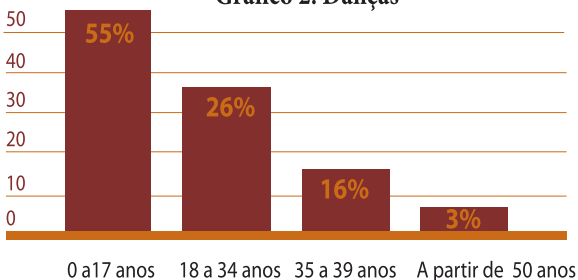


Gráfico 3: Futsal

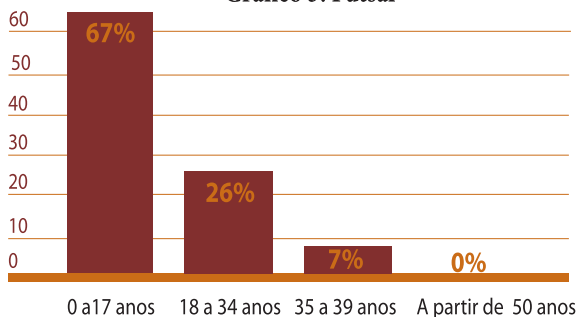
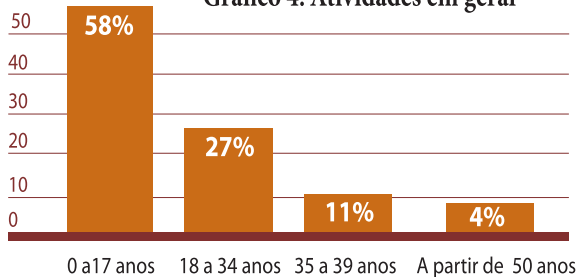


Gráfico 4: Atividades em geral





Oficina intergercional de ginástica e dança - Ação Comunitária, Unidade Icarai

Identidade, pertencimento e ampliação de repertório cultural

Em princípio, compreendemos o lazer como um campo capaz de caminhar por inúmeros setores – de forma interdisciplinar – provocando novas linguagens e alterando relações em quaisquer esferas – políticas, sociais, comunitárias ou individuais. Seu caráter integrador estimula comportamentos e debates, ao passo que é compreendido e apropriado pelos sujeitos. Como cita Pronovost (2011, p. 33), “o lazer denota ainda valores ligados à definição e à expressão da identidade social.”

Assim como compreender a cultura e o lazer como direitos sociais garantidos e ainda pouco exercitados, vale lembrar que, em qualquer ação comunitária, um dos fragmentos do lazer está nos limites sociais e valores de identidade e pertencimento.

“ [...] Iniciamos nossas atividades no sábado pela manhã, com uma conversa rápida sobre minha formação e sobre a cultura da capoeira, foco principal da nossa atividade que mistura dança, jogo, história, música, luta e brincadeira. Nesse breve bate-papo, de início, tive a surpresa do desconhecimento da maioria das pessoas da comunidade da história da cultura negra brasileira e de suas manifestações. A oficina, depois desse bate-papo, foi ótima: todos participaram com empolgação e curiosidade das atividades propostas, que misturavam movimentos de ginástica, dança e música, igual ao povo brasileiro mestiço e, no final, todos acabamos cantando e dançando e conhecendo um pouco mais da cultura negra brasileira, muito importante na formação do nosso país.

Paulo Almeida – “Paulo Baraúna” – Educador Cultural no Instituto Anchieta Grajaú - IAG

Na sociedade contemporânea e, principalmente, nas famílias brasileiras, as práticas de lazer revelam lacunas enraizadas na falta de manutenção da identidade cultural e de integração social. Estas lacunas despertam a atenção para a falta de momentos de manifestação cultural

e de encontro de identidade e valores individuais, que perdem espaço todos os dias para as demais esferas da vida consideradas “mais importantes” e costumeiramente caracterizadas como obrigações sociais – as temidas! –, sem que haja uma relação de equilíbrio junto às premissas ligadas ao lazer.

Preencher lacunas é obter sucesso naquilo a que se propõem as oficinas participativas que, realizadas com olhar atento e escuta ativa, desencadeiam oportunidades de mudança na imobilidade frente às situações desfavoráveis. Valorizar a identidade e conhecer suas raízes é um dos tópicos de sucesso revelado por esse depoimento.



Participação e integração em oficinas de dança e capoeira - Instituto Anchieta Grajaú

Mudança de práticas culturais

Um dos legados da Ação Comunitária está na continuidade de seus projetos. A prática e as mudanças necessitam de tempo para apresentar resultados, porém, ao longo dos projetos é possível acompanhar efeitos contínuos e sua evolução.

Dos efeitos contínuos do projeto, uma vertente apontada é a da mudança de práticas culturais de um grupo, que “*ainda são imperceptíveis e que precisam de tempo para sedimentar e se tornarem visíveis*”¹³. Considerando esta mudança como uma semente plantada, notamos que ela já começou a brotar. As atividades de cultura e lazer nas comunidades estão num processo de aceitação e participação das famílias, cujos resultados começam a aparecer. Em geral, as atividades gradativamente vêm alcançando mais participantes e famílias. No início do ciclo de 2014, as listas de presença nas atividades de um mês para o outro apresentaram até 100% de crescimento no número de participantes em algumas organizações. Número esse garantido pela atratividade e também pelo envolvimento contínuo e gradativo dos participantes, que passaram a indicar e convidar seus familiares e amigos.

Atrair famílias não é fácil. Com o poder de decisão acionado pela escuta e participação ativa, as famílias optaram pelas melhores datas para a implantação das oficinas. A maioria optou pelo sábado.

Processo de democratização do espaço

Quanto à oferta e diversificação das atividades de lazer nas comunidades, é perceptível, pelo envolvimento dos gestores, a adaptação das organizações sociais como espaço voltado ao lazer comunitário. Apontadas como equipamentos não específicos de lazer de grande potencial para as atividades, as organizações explicitam em seus planos a intencionalidade da participação das famílias no processo de apropriação destes espaços, adaptando-os às atividades e também identificando oportunidades de diversificação das linguagens. Como cita Marcellino (2002, p. 25), “*pode-se dizer que democratizar o lazer implica **democratizar o espaço***” reforçando que “*o espaço para o lazer é o espaço urbano.*”

“ *As atividades no Auriverde são muito importantes, porque não tem nenhum outro lugar aqui na comunidade, esse espaço deve ser muito valorizado.*
C. S. 17 anos – Jd. Varginha

¹³ Análise apresentada em “Os efeitos do projeto” da publicação *Viver Comunidade! Lazer e Fortalecimento Comunitário*, da Ação Comunitária (2013).



Jovens revitalizando organização social em evento - Auri Verde

Quadras, salas de aula, galpões, pátios e até refeitórios têm sido otimizados com o uso pela comunidade, durante as atividades de lazer com as famílias. Pelo diálogo com os participantes, novos interesses foram identificados e a estrutura de algumas instituições foi reorganizada, buscando contemplar esses novos interesses em consonância com os programas já oferecidos.

A exemplo da organização Movimento Comunitário do Jardim São Joaquim, com espaço readequado para a terceira idade e espaço para vídeo e leitura das crianças, consegue-se identificar que tornar o ambiente ocupado agradável e respeitar as expectativas e anseios do grupo que o mantém útil é provocar o pertencimento capaz de garantir a ressignificação deste espaço. Além dos programas e exigências dos convênios, os ambientes cada vez mais são pensados pelos gestores quanto ao duplo aspecto educativo do lazer, para atender o bem-estar dos participantes e das famílias. Na Associação dos Moradores da Vila Arco Íris – AMAI, as oficinas de artesanato acontecem no espaço do refeitório e, no Anchieta Grajaú, há adaptação de seus galpões, que são sede dos programas socioeducacionais.

Avanços e desafios

Ao se avaliarem continuamente as ações e os efeitos provocados pelo projeto, mas também pelo processo de desenvolvimento comunitário ao qual ele está atrelado, vale ressaltar que, ao longo das formações e ações voltadas à família e ao lazer comunitário, é possível visualizar uma transição de fase sob alguns aspectos. Citaremos aqui parcerias, laços de confiança e otimização de resultados.

Considerando os laços de confiança, devemos alertar que ainda é um desafio que as organizações tenham confiança em abrir e disponibilizar seus espaços para a comunidade de forma mais ampla. Isto está na confiança e segurança a ser conquistada com o estreitamento desses vínculos, juntamente com condições estruturais e de suporte, como a liberação de funcionários.

Nas parcerias, nota-se que ainda é um desafio para as organizações a responsabilidade das ações cotidianas, no que se refere ao assumir da corresponsabilidade para a existência e

manutenção de atividades, assim como, para a busca de parcerias, incluindo neste caso, interesse institucional, tempo investido e equipes reduzidas. Segundo o Orientador Pedagógico Rodrigo Cândido da Ação Comunitária: *“As dificuldades ainda existem, porém, os gestores estão com a visão mais ampla a respeito das parcerias. Eles passam a valorizar mais as parcerias com os pais, com o voluntariado, com os ativos em geral.”* A isto, o orientador destaca a existência de uma *“ação oposta ao utilitarismo, uma vez que deixam de atribuir aos parceiros ou participantes suas ações. Agora, eles passam a consultá-los, a convidá-los”*.

Sendo assim, a otimização de resultados e a utilização de instrumentos ou ferramentas de apoio são oportunidades ainda pouco exploradas pelos gestores, no que diz respeito ao lazer comunitário. Isto porque, ainda não há apropriação de ferramentas disponíveis como a articulação de parcerias com organizações e ativos locais já mapeados e materiais produzidos anteriormente, como guias ou mesmo publicações de interesse do projeto.

Lazer no processo de mobilização de famílias

Sob este panorama, o lazer se destaca como uma das vertentes de interesse para a mobilização de famílias. Não de forma utilitarista, mas sim de oportunidade de exercício de cidadania e pela interface multidisciplinar que conversa com as inúmeras esferas sociais.

Assim, estando atrelado a ações locais, o que permite a valorização, identificação e ocupação de espaços pela comunidade, as vivências proporcionadas auxiliam e envolvem tanto os gestores e a equipe da Ação Comunitária como as famílias participantes. Além disso, as comissões de pais – citadas em *“Terra à vista! Caminhos possíveis”* – são oportunidades criadas, em sua maioria, pela ótica do lazer para incentivar o envolvimento, empoderamento, autonomia e participação comunitária.

Frente a essa realidade, interesses culturais, promoção de cidadania, ações intergeracionais e otimização de práticas culturais são alguns dos efeitos multiplicadores de fortalecimento comunitário propiciados pelo lazer.

Opinião: A Organização Social é de TODOS?



[...] Com a estruturação dos movimentos e iniciativas de bairros, promovidos pelos moradores em Organizações Sociais e sua relação com as políticas públicas, esses espaços, sua gestão e infraestrutura foram cada vez mais assegurando o acolhimento, sobretudo, de crianças, jovens e em alguns casos da terceira idade. As Organizações Sociais foram declarando suas missões e preceitos, a fim de prestar o seu melhor serviço para atender as demandas de sua comunidade. Muitas dessas Organizações declaram em sua própria identidade que realizam um trabalho com foco na criança e no adolescente, contudo, novos desafios emergiram e com eles a relação que essas Organizações têm com as famílias daqueles que atendem.

É aqui que incide o nosso trabalho, de propor e assessorar essas Organizações Sociais, para que abram espaço em sua gestão para pensar não somente no atendimento dessas famílias, mas também sobre como fomentar a relação de convívio entre os componentes de diversos núcleos familiares.

Por meio da Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias, na perspectiva da Abordagem Colaborativa, algumas Organizações Sociais pensaram e fomentaram ações que puderam garantir o direito ao convívio entre pessoas. A partir de propostas anexadas ao Plano de Mobilização Familiar, elaborado nessa formação, pudemos transformar essas Organizações em espaços de lazer, circulação, recreação, contemplação e de convívio. E aqui encontramos a preciosidade do trabalho fomentado pelos animadores socioculturais, gestores e educadores culturais. A oportunidade das famílias de usufruírem de atividades em comum, ampliando e aprimorando o seu repertório cultural, assim como, de garantirem o direito social da prática ao lazer.

As intervenções realizadas nas atividades de dança, ginástica, artesanato, cinema, rua de lazer, esporte, comissão familiar, reuniões produtivas e eventos eram os nossos pontos de encontro. As Organizações Sociais abriram suas portas. Nessas atividades, o direito de ir e de vir é total e garantido a todos, sem qualquer tipo de diferenciação, idade ou experiência.

Deparamo-nos num caso de ter, num encontro, o filho, a sobrinha, a mãe e avó no mesmo ambiente, dançando, curtindo, rindo, estando juntos. As Organizações ganharam espaço para propor ações intergeracionais. Nesse momento, a Organização perde o seu paradigma de ser uma creche e, para os pais, não é mais o de depositário de seus filhos e onde marcam presença somente nas reuniões.

Durante as atividades, tivemos famílias mais assíduas, outras mais esporádicas, porém participativas e envolvidas. O importante é que essa Organização Social passa a ter outro significado para sua comunidade: aqui, abrimos espaço para a participação, colaboração e convívio familiar. Sim, a Organização Social é de TODOS!

Rodrigo Cândido – Orientador Pedagógico da Ação Comunitária

3 | O FUTURO É AGORA!



PASSADO E PRESENTE: O QUE APRENDEMOS

A experiência prática, ao longo da execução do projeto Família: Participação Cidadã, apresentou dentre seus resultados principais realizações e desafios capazes de mensurar e de nortear os próximos trabalhos.

Nas relações entre famílias e organizações sociais, passamos a enxergar **lideranças comunitárias** e gestores dos programas socioeducacionais capazes de assumir o papel de uma liderança conectora de ativos, talentos e recursos em suas comunidades; de identificar o nível de participação das famílias e de propor ações estruturadas para outros patamares de participação e com maior autonomia na busca de parcerias e conexões. Em contrapartida, as **famílias** estão cada vez mais presentes nas organizações; mais envolvidas nas atividades dos espaços socioeducativos e mais comprometidas com a causa da organização. Mesmo que em menor número em algumas organizações sociais, a família aparece de forma consistente; atuando em comitês para melhorar a gestão da organização e das atividades voltadas ao público infantojuvenil, por exemplo.

Nota-se que a sensibilização a este estreitamento em prol de um trabalho que promova a participação é fundamental, enfrentando o desafio de ter um processo contínuo, independente

“Saber Multiplicado”



A troca entre a experiência prática e os estudos acadêmicos é essencial ao desenvolvimento comunitário.

Entre 2013 e 2014, a Ação Comunitária participou de importantes eventos para difusão de conhecimento:

25º Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL em Minas Gerais

VIII Jornada de Lazer e Turismo EACH¹/ USP – Universidade de São Paulo, em São Paulo

I Congresso Internacional de Animação Sociocultural: Turismo, Patrimônio, Cultura e Desenvolvimento Local em Golegã – Portugal.

Esta articulação entre o Centro de Desenvolvimento Comunitário e as universidades é uma das linhas estratégicas da Ação Comunitária referente à produção de conhecimento.

da equipe e rotatividade da organização ou das famílias, uma vez que isto é algo que deve ser perpetuado e dividido com todos os envolvidos.

A credibilidade da instituição tem garantido confiança mútua junto à população. Em paralelo, encontra-se o desafio, de cada organização, em descobrir qual a melhor forma de divulgação das atividades e projetos, até que se formem os grupos que multipliquem a informação naturalmente. Percebe-se que ainda há dificuldade pelos líderes em se articular com

¹ Realizada na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

outros atores sociais assim como em assumir a corresponsabilidade, principalmente pelo fator tempo sendo ainda muito amparados pela figura do animador sociocultural.

Provocações Finais

Numa época em que as famílias se apresentam de formas completamente distintas, em estruturas diversificadas, onde já não são pautadas somente na visão pai-mãe-filhos, é preciso descobrir elementos essenciais que sejam, de fato, o “ingrediente” que mantém os vínculos familiares e a fonte de valores e princípios que sejam importantes a todo tipo de núcleo familiar. O que se almeja aqui é um novo olhar, onde TODOS são importantes na família, cada qual em seu papel. A família precisa ser o berço de valores e acolhimento, porém, também de espaço de desenvolvimento e valorização de seus membros.

O empoderamento, a importância dada a cada membro e o fortalecimento de vínculos permite que a família se desenvolva, descobrindo e valorizando suas capacidades, fortalecendo seus vínculos, sem fórmula de sucesso em sua composição. Falamos aqui de valorização dos talentos e do papel de cada sujeito em seu seio familiar, das conexões entre estes membros – e aqueles cujos laços afetivos são importantes – e do foco interno, em que, mesmo havendo as vivências cotidianas externas, haverá um olhar para o lar e para a família, onde as experiências em outros ambientes possam servir de aprendizado e fonte de informações, assim como, espaço para multiplicação do que é desenvolvido internamente. Precisamos compreender a família e a sociedade como espaços de trocas simultâneas onde cidadãos empoderados transitam e são protagonistas de suas realidades.

Luz, câmera, ação! O protagonismo da família na comunidade

Perceber que há organizações, grupos e, principalmente, pessoas que realizam ações de interesse coletivo com maestria e com constante troca de saberes permite que novas iniciativas surjam e que haja, de fato, uma organização comunitária. Isto porque garantir a esperança ao que pode parecer impossível ainda é a principal força motriz de um trabalho de cunho social. É hora de mudarmos o olhar e paradigmas. Até quando insistiremos em modelos sem resultados?



Vínculos - Famílias em Lazer Comunitário -
Instituto Anchieta Grajaú

Não há fórmula perfeita, modelos perfeitos, muito menos uma única verdade. Há neste processo o grande desafio de acreditar que aquele que vive sua realidade é o melhor sujeito a indicar o que é necessário, possível e, acima de tudo, de interesse local. “Você não sabe o que precisa até saber o que tem” é uma frase que ilustra claramente a atual situação de sujeitos, famílias, comunidades, sociedade. Assim como o olhar externo pode vir carregado de “soluções” que não contemplam a realidade vivida, o olhar para dentro também é um grande desafio.

Estamos condicionados a valorizar o que não temos, o que não somos, o que não conquistamos. Somos analfabetos de nós mesmos e muito mais cobramos do que reconhecemos talentos, dons e capacidades. E “todos somos capazes”, mais que isto “todos somos indispensáveis”.

Com certeza, se você parar um momento para se lembrar de coisas que já fez, que criou, que experimentou ou que foi importante para algo ou alguém, não se recordará de muitas e se

surpreenderá com as lembranças que tiver. Difícil? Que tal reler seu currículo, perguntar para seus familiares ou vasculhar com seus amigos? Certeza que em algum local, perceberá elementos importantes em você de que já não se recordava ou mesmo se importava. Assim é com uma comunidade e – por que não? –, com uma família. *“Toda e qualquer comunidade tem mais recursos potenciais do que possa imaginar”*.¹⁴

A fuga da tendência mercadológica e a impressão de remar contra a maré não são incoerentes. De fato, o trabalho social que realmente visa alcançar mudanças efetivas no protagonismo e na autonomia das comunidades não deve vê-las como chance de manter clientes constantes. E, sim, parcerias. Rotular sujeitos de diferentes classes sociais ou acreditar que uma ação social “é ajudar criancinhas pobres” ou pessoas “sem condições de vida” não será útil na manutenção e sustentabilidade do processo de uma nova dinâmica social, assim como, tentar alcançar ou mensurar resultados de forma exata será sempre um grande risco. A isto, atrela-se a importante compreensão de que desenvolvimento, seja ele pessoal, familiar ou comunitário, é algo único e personificado; não há receitas, não há modelos exatos nem metas prontas. Existe sim a oportunidade de incentivá-lo, respeitando cada realidade.

Compreender que, em contrapartida ao estereótipo disseminado do trabalho social, para que o acreditar, o enxergar e o sonhar alcancem patamares além do papel, exige-se sim trabalho bem planejado, dedicação, gestão e constante aprendizado. A este fato, vale acrescentar que a capacitação e o suporte à gestão devem ser tão valorizados quanto os demais aspectos do desenvolvimento comunitário. Por crer nisso, a Ação Comunitária disponibiliza aos gestores de suas organizações parceiras ferramentas para alcançar esses objetivos.

Se você se incomodou ou pensou sobre como pode ter sido injusto ou raso ao olhar para as comunidades, ONGs ou para outras pessoas, não se preocupe. Acredite que o mais surpreendente é o que percebemos quando olhamos para dentro. “A mudança começa de dentro para fora”. Ainda precisamos, como cidadãos, despertar nossa atenção para a responsabilidade que temos com o nosso próprio bem-estar. O gerenciamento de cima para baixo é falho, precisamos exercitar a cidadania pautada na participação e colaboração, em quaisquer

¹⁴ GREEN, M., MOORE, H. & O'BRIEN, J. (2006)

ambientes. Para que haja uma real inovação na dinâmica social se faz necessário saber aonde se quer chegar e se isso é realmente importante.

Desafios? Muitos! Poderíamos escrever um livro sobre eles. A intenção não é desmentir a realidade dos problemas e necessidades. Enxergar o cenário e saber o que se precisa é essencial para que haja uma meta a ser alcançada, haja vista que, entre necessidades e pessoas, somente as pessoas são úteis. Afinal, elas são as únicas capazes de resolver alguma coisa.

Este livro contempla temas de alta complexidade: família, comunidade, desenvolvimento. A gestão destes elementos assim como a sua própria compreensão não é uma tarefa simples, mas reflete diretamente na inserção dos cidadãos em suas realidades e em especial em suas capacidades de atuação. O protagonismo parte de uma idealização para a concretude – desde a atenção dada ao ouvir a opinião no ambiente de um Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias, até na escolha democrática da modalidade de conteúdo cultural que será desenvolvida numa oficina de Lazer Comunitário. E este exemplo se desdobra ao longo das demais atividades de cada organização social em diversos bairros da gigantesca São Paulo, que estão além dos cartões postais.

A participação, tão citada ao longo dos capítulos, refere-se também ao exercício da cidadania que tanto se almeja para a população. Para sermos cidadãos, não basta que as leis existam, precisamos usufruí-las, vivê-las, cumpri-las e defendê-las.

Percebemos que o saber coletivo e as experiências concretas provocam o desejo pela mudança social e, para que ela ocorra, dependem de avaliação constante e estratégias de continuidade; afinal, todo programa deve ser vivo. Para isto, famílias, planos de mobilização, grupos comunitários e sujeitos precisam estar em constante consonância, pois todos fazem parte e todos são corresponsáveis por esta continuidade. Isto sim é promover a mobilização familiar e o fortalecimento comunitário. Isto é fomentar a valorização da família, da participação e da cidadania.

E agora? Qual é o seu olhar?

REFERÊNCIAS



Referências Bibliográficas

AÇÃO COMUNITÁRIA. *Viver Comunidade! Lazer e fortalecimento comunitário*. São Paulo, 2013.

BIAZOLI-ALVES, Z. M. M. Pesquisando e intervindo com famílias de camadas sociais diversificadas. In: ALTHOFF, C. R., ELSÉN, I. & NITSCHKE, R. G. (Org.). *Pesquisando a Família – olhares contemporâneos*. Florianópolis: Papa-Livro, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: atualizada e ampliada*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: 2004.

CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, M. do C. B (Coord.). *Serviços de Proteção Familiar*. São Paulo: CBIA/SP, IEE e PUC-SP, Forja, 1994.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. *Modelo colaborativo: experiência e aprendizados do desenvolvimento comunitário em Curitiba*. Prefeitura Municipal de Curitiba; GETS – Grupo de Estudos do Terceiro Setor; United Way of Canada - Centraide Canada. Curitiba: Instituto Municipal de Administração Pública, 2002.

DESSEN, M. A. C. & COSTA Jr., A. L. *A ciência do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

GASONATO, M. R. C. *O sentido das expectativas das famílias em relação à escola para formação de seus filhos*. 2007. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

GENOFRE, R. M. Família: uma leitura jurídica. In: CARVALHO, M. do C. B. (Org.). *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000.

GREEN, M., MOORE, H. & O'BRIEN, J. *When people care enough to act: ABCD in action*; foreword by John McKnight; reflections by Dan Duncan [et al.]. Toronto: Inclusion Press, 2006.

GUIMARÃES, R.F. e ALMEIDA, S.C.G. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. S. (Org.). *Família: redes, laços e Políticas públicas*. São Paulo: Cortez e IEE: PUC-SP, 2005.

ISAYAMA, H. F. Reflexões sobre os conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer. In: MARCELLINO, N. C (Org.) *Lazer e Cultura*. Campinas: Alínea, 2007.

KALOUSTIAN, S.M. (Org.). *Família brasileira, a base de tudo*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2000.

MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Apresentação. Campinas: Alínea, 2007.

_____. *Lazer e educação*. 11. Ed. Campinas: Papirus, 2004. (p. 31...)

_____. *Estudos do lazer: uma introdução*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

MELO, V. A., ALVES JR., E. de D. *Introdução ao lazer*. 2. ed. Barueri: Manole, 2012.

NEUMANN, L. T. V, NEUMANN, R. A. *Desenvolvimento comunitário baseado em talentos e recursos locais – ABCD*. São Paulo: Global; Instituto para o Desenvolvimento de Investimento Social, 2004.

PRONOVOST, G. *Introdução à sociologia do lazer*. Traduzido por Marcelo Gomes. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2011.

PRADO, D. *O que é família*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

STOPPA, E. A. Associativismo, sociabilidade e lazer. In: MARCELLINO. (Org.) *Lazer e Cultura*. Campinas: Alínea, 2007.

SZYMANSKI, H. Teorias e Teorias da Família. In: CARVALHO, M. C. B. *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.

WEBER, L. N. D. Interações entre família e desenvolvimento. In: WEBER, L. N. D. (Org.). *Família e Desenvolvimento: Visões Interdisciplinares*. Curitiba: Juruá, 2008.

WERNECK, Christiane. *Lazer, trabalho e educação*. Belo Horizonte: CELAR/Ed. UFMG, 2000.

ZILLES, U. Apresentação. In: WAGNER, A. (Org.). *Família em cena: trama, dramas e transformações*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FICHA DE AVALIAÇÃO DO LEITOR

Prezado(a) leitor(a),

Gostaríamos de saber sua opinião sobre esta obra para que possamos aprimorar cada vez mais nossas publicações. Sugestões que possam melhorar a qualidade do trabalho são sempre bem-vindas. Este formulário de avaliação consiste em algumas perguntas que nos ajudarão a saber informações preciosas sobre o que achou do livro em determinados aspectos.

Por gentileza, preencha o formulário e envie-o para o e-mail:

centrodc@acomunitaria.org.br ou para o endereço: Rua Amacás, 243,

Campo Limpo - São Paulo/Brasil – CEP: 05792-030.

Comentário geral sobre o trabalho:

Por favor, avalie este livro de acordo com os seguintes critérios:

A = Excelente; B = Muito Bom; C=Bom; D=Regular; E= Ruim

Apresentação, organização e extensão do livro	
Relevância das questões abordadas	
Apresentação dos resultados	
Originalidade e importância dos resultados	
Contribuições para o tema tratado	
Compreensão da linguagem	

Recebido em: _____ | _____ | _____

Por favor, fique à vontade para inserir seus comentários!

Fundada em 1967, a Ação Comunitária é uma organização sem fins lucrativos, criada e gerida por empresários, que luta contra a exclusão social de três frentes de atuação: o Centro de Desenvolvimento Integral, o Centro de Desenvolvimento Comunitário e o Centro de Orientação para o Trabalho. As atividades são realizadas de forma ampla e integrada por meio dos programas e projetos, guiadas com o objetivo de desenvolver o potencial do público atendido, capacitando-os para fortalecer suas competências e criar suas próprias oportunidades, em regiões de alta vulnerabilidade da cidade de São Paulo. Ao longo de 2013, foram realizados mais de 8400 atendimentos, considerando crianças, adolescentes, jovens, famílias, educadores e líderes comunitários.

A presente publicação é resultado dos trabalhos realizados com o apoio do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD), ao longo de 2013 e 2014, pelo Centro de Desenvolvimento Comunitário, que tem como objetivo melhorar o diálogo entre família, organização social e serviços públicos, fortalecendo assim as políticas de proteção social básica para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

O **Centro de Desenvolvimento Comunitário** atua desenvolvendo comunidades e conectando pessoas por meio da formação de lideranças, trabalho com famílias, lazer comunitário e ações socioculturais. O Centro mantém um **Programa de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias**, utilizando metodologias próprias para mudar paradigmas e impulsionar a melhoria da gestão. Adicionalmente, o **projeto “Família: Participação Cidadã”**, que dá o tom deste livro, visa proporcionar vivências integradoras na forma de atividades artísticas e de lazer e capacitar educadores para aprimorar propostas que integrem crianças e familiares.

A **Ação Comunitária** acredita que estas iniciativas, executadas de forma integrada com esforços do governo e da sociedade como um todo, contribuirão para a efetiva inclusão social das famílias, crianças e adolescentes.

Para saber mais acesse:

<http://www.acomunitaria.org.br/>

<http://www.facebook.com/acaocomunitaria>



AÇÃO COMUNITÁRIA
PREPARANDO PESSOAS PARA A VIDA

